

Estudo das categorias socioprofissionais, dos salários e do custo da alimentação no Rio de Janeiro de 1820 a 1930 *

Eulalia Maria Lahmeyer Lobo, ** Otavio Canavarros, Zakia Feres Elias,
Simone Novais e Lucena Barbosa Madureira ***

1. Introdução; 2. Métodos e fontes; 3. Evolução dos salários e do custo da alimentação no período de predomínio da produção artesanal e escravagista 1820 a 1850; 4. Evolução dos salários no período de expansão da cafeicultura no Vale do Paraíba e da consolidação do sistema manufatureiro-fábril no Rio 1850-1880; 5. A evolução dos salários no período de expansão fabril-industrial de 1880 a 1930.

1. Introdução

Em artigo publicado na *RBE* de dezembro de 1971, estudamos a evolução dos preços e do custo da alimentação no Rio de Janeiro de 1820 a 1930. Agora, após levantamento de salários de 39 categorias socioprofissionais no Rio de Janeiro, em igual período de tempo, estamos aptos a aprofundar o assunto dando uma idéia do poder aquisitivo real e procurando correlacionar a série de preços dos alimentos essenciais com a dos salários, dos deficits orçamentários, das emissões e dos preços dos produtos de exportação. Não se trata de estabelecer um modelo porque o número res-

* Os autores agradecem à Fundação Ford e ao Social Science Council pela concessão de recursos e bolsas que permitiram a realização da pesquisa sobre preços, salários e custo de vida no Rio de Janeiro e ao Centro de Processamento de Dados e ao Prof. Anibal Villela pela valiosa cooperação técnica prestada.

** Professora de história da América, University of South Carolina.

*** Bacharéis e licenciados em história pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

N. do R. A Revista possui em sua redação gráficos e quadros dos níveis salariais relativos a este artigo.

trito de variáveis não o permitiria nem de negar a importância de fatos qualitativos singulares na interpretação dos dados.

O objetivo desta pesquisa é o de analisar o impacto do setor exportador sobre os preços do mercado interno, o aspecto conjuntural cíclico de evolução dos preços, o poder aquisitivo real de um número relativamente amplo de categorias socioprofissionais, classificadas em vários níveis de renda, os efeitos no meio urbano de processo de transição de uma sociedade escravagista de plantação para uma outra de regime de trabalho assalariado.

Uma questão interessante que pode ser em parte captada por essa pesquisa é a do tipo da economia nos vários períodos de corporações, artesanato e incipiente manufatura; de início da indústria, coexistente com as formas de produção anteriores e, finalmente, de predomínio da indústria.

Já mencionamos no artigo anterior que julgamos os preços e salários indicadores válidos dessas transformações econômicas e sociais porque no meio urbano e no século XIX já prevalecia o sistema monetário sobre o de trocas e a produção para a subsistência já passara a um plano secundário. O regime assalariado era restrito de 1820 a 1860 porém suficientemente importante para influir e transformar a escravidão urbana como se nota, por exemplo, na remuneração dos escravos empregados na manufatura.

2. Método e fontes

Já foram citadas no trabalho anterior as fontes consultadas quanto aos preços;¹ sendo a principal as listas semanais e quinzenais dos preços do mercado do Rio, publicadas sistemática e regularmente no *Jornal do Comércio* a partir de 1848. Os preços da carne fresca e do toucinho provêm dos livros de contabilidade da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e os preços dos demais gêneros alimentícios para o período de 1820 a 1848 foram levantados nos livros de contabilidade da Santa Casa de Misericórdia.

Verificamos a consistência interna dos dados comparando os preços das três fontes num período em que havia coexistência de informações. Essa coincidência é natural pois os preços dos gêneros comprados pelas

¹ Lobo, Eulália Maria Lahmeyer; Canavarros, Otavio; Gonçalves, Sonia; Feres, Zakia E. & Madureira, Lucena Barbosa. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 — resultados preliminares. *Revista Brasileira de Economia*, v. 25, n. 4, p. 235-67, out./dez. 1971.

ordens são mais baixos do que os de mercado a retalho, mas equivalentes aos do mercado por atacado que figuram no *Jornal do Comércio*.

A seleção dos alimentos baseou-se numa pesquisa dos padrões alimentares de várias classes sociais e na verificação da persistência desses padrões no período estudado. Também tomamos em consideração a comparabilidade dos dados com os de pesquisa similar realizada por Katia Mattoso na Bahia.

A composição da alimentação de família de rendas altas foi baseada no estudo de Leo Affonseca, cujo estudo foi comparado com os resultados de nossas pesquisas, principalmente dos relatos de viajantes. Para o operariado especializado e baixa burguesia usamos os dados da Fundação Getúlio Vargas adaptados às informações dos viajantes. Para o operariado não especializado obtivemos informações nos livros de contabilidade da Fábrica Moinho da Luz e num levantamento sobre a alimentação da classe pobre do Rio de Janeiro feito por Antonio Correa de Souza Costa.²

As ponderações dos alimentos foram calculadas em função desses estudos sobre a composição do regime alimentar.

Na programação para o computador foram estabelecidas as médias anuais, os índices e empregado o método do desvio-padrão. O estudo compreende os preços dos seguintes alimentos: feijão preto, arroz, carne seca do Prata, farinha de mandioca, farinha de trigo dos Estados Unidos, açúcar mascavinho, café, bacalhau, toucinho, carne fresca de vaca, manteiga. Para maiores detalhes convém consultar o artigo anterior. Não foi possível obter séries de preços de roupas, calçado e de aluguéis, porque não são acompanhadas de uma descrição do artigo ou do tipo de moradia.

Alguns autores consideram válido usar como deflator a taxa de câmbio. Esse método oferece vários inconvenientes, em primeiro lugar devido à grande variação do câmbio à curto prazo, à existência de diversas taxas de câmbio, à forte especulação em torno do câmbio. Finalmente, alguns gêneros alimentares essenciais, tais como a farinha de mandioca, não eram objeto de intercâmbio internacional a não ser em pequena escala.

As séries das 39 categorias socioprofissionais foram levantadas nos arquivos da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, na Santa Casa de Misericórdia, na Fábrica de Velas e Sabão Moinho da Luz.

Tivemos a preocupação de selecionar profissões de nível de renda baixo, médio e alto. Incluímos o operário de construção ligado, inicial-

² Souza Costa, Antonio Correa de. *Qual a alimentação de que usa a classe pobre do Rio de Janeiro e sua influência sobre a mesma classe*. Rio de Janeiro, Tipografia Perseverança, 1865.

mente, às corporações e irmandades e o operário fabril. Fizemos comparações com amostras de salários de fábricas de tecidos (Corcovado) e bebidas (Brahma) com as séries dos salários da Fábrica Moinho da Luz para se ter uma visão mais representativa do universo manufatureiro da época. Essas fontes também forneceram as séries de advogados, médicos, gerentes e diretores de empresa, empregados de escritório.

Conseguimos obter nos arquivos das ordens religiosas já citadas todos os demais salários e também os de advogado e médico.

Levantamos os seguintes salários no nível mais baixo de renda:

- a) operários de construção; servente de obra, pedreiro, mestre de carpinteiro, pintor;
- b) operários de manufatura e indústria, ferreiros, eletricitas, fabricantes de cartuchos (de velas), operários das máquinas, das prensas, dos alambiques, das caldeiras de velas e sabão, do entreposto, tarsoeiros, empacotadores e, finalmente, carregadores.

No nível intermediário encontramos séries para as seguintes categorias: hortelão, cozinheiro, porteiro, ajudante de enfermeiro, enfermeira.

No nível superior de renda temos: médico, médico aposentado, farmacêutico, barbeiro, andador, escriturário, advogado, capelão, professor de primeiras letras, administrador do hospital, contador, empregados de escritório das fábricas, diretores de fábrica.

O apêndice estatístico informa sobre os procedimentos usados na programação para o computador.

3. Evolução dos salários e do custo da alimentação no período de predomínio da produção artesanal e escravagista 1820 a 1850

No período de 1820 a 1850 o trabalho escravo predominou no campo e nas cidades. Era empregado nos serviços públicos urbanos, doméstico, no comércio, tanto nas lojas como na qualidade de mascates, na produção artesanal, doméstica e manufatureira. O regime escravagista típico caracteriza-se pela falta de estímulo para produzir, pela deficiência de treinamento da mão-de-obra, pela má qualidade da alimentação, pelo uso de equipamento precário em decorrência da concentração de investimentos na mão-de-obra e na terra. A própria abundância de terras férteis disponíveis desestimulava a produção manufatureira e limitava o progresso técnico no campo e na cidade. A tendência natural do regime escravagista

era, portanto, o de propiciar a expansão quantitativa em detrimento da qualitativa que requeria um investimento prioritário no equipamento, na técnica e nas instalações.

Na primeira metade do século XIX, no Rio de Janeiro, o sistema escravagista já se achava modificado pela emergência de certas características da produção capitalista, tais como produção para o mercado visando o lucro, existência de um sistema monetário e de crédito, de um regime assalariado paralelo ao escravo, formação incipiente de uma burguesia comercial, financeira e manufatureira. No entanto estes traços não eram suficientes para constituir um sistema capitalista.

No período de 1820 a 1850 verificou-se o declínio das exportações tradicionais do *hinterland* do Rio, sobretudo do açúcar e o início da expansão do cultivo e do comércio do café. Apesar da tendência à depressão dos preços (medidas em libras-ouro no mercado externo) do café, açúcar branco e algodão que chegaram a representar 80% do valor das exportações do Brasil, a economia de plantação vinha-se consolidando desde a década de 1770 no Estado do Rio.³

A manufatura era uma atividade secundária basicamente associada ao processamento dos produtos tropicais (produção de café, açúcar, cachaça, farinha de mandioca, beneficiamento do arroz, do anil, das fibras vegetais, fabricação de tecidos rústicos de algodão). Uma exceção significativa era a da construção naval. Nestas atividades somente alguns cargos de direção e técnicos mais especializados eram assalariados.

A atividade artesanal predominava no suprimento do mercado interno e ainda estava regida pelo sistema de corporação.

Os registros de licença de comércio e ofícios do Senado da Câmara nos forneceram os seguintes dados:

1790	22	ramos de atividades artesanais	109	registros
1791	25	" " " "	110	"
1792	25	" " " "	89	"
1822	29	" " " "	235	"

Nesse período aumentaram percentualmente os seguintes artífices: barbeiros, espingardeiros, violeiros, ferradores e tanoeiros e diminuíram os alfaiates, corrieiros, ferreiros, marceneiros, sapateiros e tintureiros. Os carpinteiros, serigueiros e serralheiros apresentaram uma tendência à alta

³ Accioly Borges, Thomaz Pompeu. Estudos especiais, a conjuntura no Brasil desde 1822. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2 abr. 1948.

porém com variações durante o período. O aumento total de 1790 a 1822 foi de 11,5%. Nem todos os ofícios foram registrados nos quatro anos estudados e somente 19 mantiveram-se constantes.

Em 1822 foram feitos os seguintes registros de ofícios:

Alfaiate	6	Marceneiro	11
Armador	1	Ourives	7
Barbeiro	91	Pentieiro	3
Bauleiro	3	Polieiro	2
Bombeiro	1	Relojoeiro	13
Cabeleireiro	2	Sapateiro	9
Carpinteiro	1	Serralheiro	3
Chapeleiro	2	Serigueiro	23
Colchoeiro	15	Sombreiro	3
Corriero	2	Tanoeiro	2
Espingardeiro	4	Tintureiro	2
Ferrador	12	Torneiro	3
Ferreiro	1	Torneiro em metal	1
Funileiro	4	Violeiros	3 ⁴
Latoeiro	3		

Em 1842, os ofícios registrados eram os seguintes:

Abridores de metais	4	Latoeiros	5
Alfaiates	22	Lavadeiras	17
Barbeiros	9	Marceneiros	6
Boticários	17	Pintores	9
Bordadores	9	Sapateiros	19
Cabeleireiros	6	Serralheiros	6
Fundidores	4	Torneiros	5
		Vidraceiros	8

Em 1860, a lista era a seguinte:

Abridores de metais	12
Alfaiates	95
Barbeiros sangradores	29

⁴ Códices de Registros de Licença de Comércio e Ofícios do Rio de Janeiro do Senado e da Câmara, 1790, 1791, 1792, 1822, Arquivo da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara. Os levantamentos foram feitos por Hortencia Baamonte e Ondemar Ferreira Dias (mimeogr.).

Caldeireiros	34
Carpinteiros e Mestres-de-Obra	30
Costureiras-modistas	25
Latoeiros	40
Maquinistas	26
Marceneiros	54
Mestres-canteiros	5
Ourives	75
Pedreiros	4
Pintores	18 ⁵

Observa-se um declínio dos ramos de ofícios, 30 em 1822 para 15 em 1842 e 13 em 1850 o que parece indicar a transformação do sistema produtivo nesse intervalo de tempo. O número de ofícios comparáveis reduz-se proporcionalmente. Entre 1822 e 1842 os ofícios de alfaiate, sapa-teiro, serralheiro, torneiro, latoeiro manifestaram uma tendência à alta e o de barbeiros à baixa.

Entre 1842 e 1850 nota-se considerável aumento de alguns ofícios abridores de metais; alfaiates, barbeiros, sangradores, marceneiros, pintores. Os demais ofícios não são comparáveis. O crescimento incidiu principalmente nas atividades ligadas à construção, indicando um surto de construções.

As atividades artesanais ainda permaneciam vinculadas ao sistema corporativo apesar da lei de 25 de março de 1824, art. 179, item 25 que abolia as corporações de ofícios, seus juízes, escrivães e mestres.

Segundo as tradições portuguesas, os ofícios eram divididos em 24 corporações que elegiam os seus juízes, formando a casa dos 24, reconhecida em 1383, e que por sua vez elegia um presidente denominado juiz do povo e um escrivão, os quais participavam do Senado da Câmara.

Cada grêmio tinha seus estatutos aprovados pelo governo municipal. Os membros da Casa dos 24 precisavam ser maiores de 40 anos e obter duas partes dos votos dos eleitores. A Casa dos 24 só foi extinta em Portugal em 31 de maio de 1834.

Os 24 grêmios organizaram-se em irmandades ou confrarias, tendo cada uma um santo protetor como patrono e formavam as bandeiras classificadas em 3 de dezembro de 1771. Havia, em Portugal, 11 ofícios embandeirados que gozavam de maior prestígio. Os ofícios não embandei-

⁵ *Almanack Laemert do Rio de Janeiro*, Viúva Ogier e Filho, 1842 e 1850.

rados eram os de tanoeiros, cerieiro, ourives de ouro e prata, lapidário, cordoeiro, alternando com o de sapateiro e cordoeiro de linho.⁶

No Rio de Janeiro não parece ter havido Casa dos 24, mas os oficiais mecânicos eram representados no Senado da Câmara pelos mestres. O auto de correição do ouvidor João de Souza de Cardenas, de 16 de abril de 1624, já sugeria que a Câmara do Rio pedisse licença ao Rei para eleger dois mestres do povo "por haver nesta cidade muito crescimento de gente e de pobreza da terra que de tudo tem necessidade."⁷ Os mestres foram muito atuantes nos séculos XVII e XVIII.

No Rio de Janeiro foram muito importantes as irmandades: de São José compreendendo os ofícios de pedreiros, carpinteiros, ladrilheiros, marceneiros e a de São Jorge que congregava os ofícios de serralheiros, ferreiros, cutileiros, espingardeiros, latoeiros, pilheiros, funileiros, caldeireiros, cepadeiros, douradores, seleiros. Existem referências também às irmandades de Santo Eloi, a qual pertencia o ofício de ourives e a de São Crispim e São Crispiniano associada ao ofício de sapateiro. Luiz Carlos Palmeira⁸ descobriu os registros no Senado da Câmara do compromisso ou regulamento das irmandades embandeiradas de São Jorge e São José. Em 19 de junho de 1822, os ourives apresentaram o seu regimento ao Senado da Câmara do Rio.⁹

As irmandades fiscalizavam os juízes dos ofícios, elaboravam junto com os vereadores da Câmara o Regimento de Taxas da mão-de-obra, concediam licença para o exercício da arte e estabeleciam as condições do exame de habilitação. Os mestres de loja aberta tinham de pagar jóia, prestações mensais às irmandades e participar das procissões do santo protetor do ofício. A irmandade podia requerer o fechamento das lojas dos que não pagassem a jóia, por meio do juiz competente. Os oficiais de cada ofício tinham o direito de eleger juiz e escrivão. Nenhum aprendiz podia ser admitido a oficial sem quatro anos de prática e depois de examinado pela mesa da bandeira correspondente à irmandade. Nenhum mestre podia ter em casa mais de quatro aprendizes. O juiz e escrivão de ofício ane-

⁶ Fazenda, José Vieira. Antiquálias do Rio de Janeiro, as bandeiras dos Ofícios. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, t. 86, v. 140, p. 131 e seg.

⁷ Auto de Correição dos ouvidores do Rio de Janeiro. *Revista de Documentos*, Arquivos do Distrito Federal, v. 1, p. 6, 1394. Lopes Gonçalves. As corporações e as bandeiras de Ofícios. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio, n. 206, p. 171 e seg, 1952.

⁸ Palmeira, Luiz Carlos. Arquitetos do Senado da Câmara 1571. *Boletim de Serviço de Museus*, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara, Rio, ano 2, n. 3, p. 31 e seg. 1969.

⁹ Regimento dos ourives. *Boletim dos Museus*, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara, Rio, ano 2, n. 3, p. 52 e seg. 1969. Rohan, Amadeu de Beaurepaire. *Memória histórica da Igreja e da Irmandade de São José*. Tipografia do Jornal do Comércio, 1923.

xo a uma irmandade podiam impedir o exame de habilitação de ofício se o artifice não tivesse pago a jóia e as mensalidades e sido registrado como irmão.¹⁰

As irmandades e as corporações desempenhavam importante papel mesmo depois do fechamento oficial das corporações. As irmandades funcionavam como bancos, defendiam os interesses das corporações.

Gradualmente, no correr da primeira metade do século XIX, as corporações de ofícios foram-se enfraquecendo devido ao emprego de escravos como aprendizes, à concorrência à atividade artesanal nas casas dos senhores de escravos, à quebra dos padrões de qualidade dos artigos manufaturados e do controle de preços.

Já em 1771 e 1772 o juiz e escrivão do ofício de sapateiro da Irmandade de São Crispim e São Crispiniano recorriam à justiça para que fosse cumprido o regimento do ofício de 1764 que proibia preto ou pardo ter loja aberta ou vender sapatos pelas ruas. Exigiam também que os mestres do ofício não tivessem mais de dois aprendizes sendo lojas grandes e um, sendo pequena.

O juiz e mesários da Irmandade de São Crispim e São Crispiniano da Corte e outros mestres de loja aberta do ofício de Sapateiro representavam ao Rei em 1813 sobre a inconveniência de se deixar vender, na rua, obras feitas em casas particulares por escravos cativos, mulheres e pessoas imperitas. Em 5 de fevereiro de 1820 e em 1827 reclamavam que as mesmas transgressões do regimento do ofício continuavam a ser praticadas.¹¹

O declínio das corporações decorreu em parte da rápida expansão da população urbana e do gradual crescimento da atividade fabril, sobretudo na década dos 40.

A memória sobre o estado atual da indústria na cidade do Rio de Janeiro e lugares circunvizinhos dá-nos uma idéia da situação da manufatura em 1836.¹² O Conde de Gestas, autor da memória e membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, descreveu o declínio da lavoura e da cana e da produção do açúcar atribuindo-o à falta de técnica. As máquinas de espremer, o modo de secar as formas e as estufas eram inferiores às dos concorrentes estrangeiros. A preparação do café menos

¹⁰ Registro do compromisso da Irmandade de São Jorge dos Ferreiros desta cidade do Rio de Janeiro. *Revista de Documentos*, Arquivo do Distrito Federal, v. 4.

¹¹ Códice sapateiros-autos, 1771-1772. Arquivo do Estado da Guanabara. 50.1.11 (manuscrito, original). Documentos sobre ofícios de Juizes e escrivães de sapateiros 1813-1827. Arquivo do Estado da Guanabara. 50.1.12 (manuscrito, original).

¹² Conde de Gestas. Memória sobre o estado actual da indústria na cidade do Rio de Janeiro e lugares circunvizinhos. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, n. 3, p. 72 e seg., 1837.

complicada do que a do açúcar apresentava um melhoramento mais rápido. O uso das máquinas de socar, descascar e peneirar, feitas no Rio, diminuía a demanda de mão-de-obra e poupava a vida dos escravos. No entanto, o processo obsoleto de dessecação ao sol continuava a ser empregado. No beneficiamento da mandioca praticamente não se usavam máquinas para descascar, ralar, espremer, secar ou torrar a fécula. O autor do relatório criticou a falta de iniciativa para produzir ao menos tecidos de algodão grosseiros para o trabalhador escravo. Quanto à manufatura de peças de vestuário as mais importantes eram as fábricas de solas e chapéus de seda produzidos com matéria-prima importada.

Os cortumes usavam couro e folhas de mangue para o processamento, ambos de origem local. A construção de carros era prejudicada pela escassez de muares e o mau trato dos animais. O memorial classifica a produção de tijolos, telhas e cal como sendo precária, os produtos eram pouco cozidos, irregulares, e no preparo da cal de marisco o combustível usado era excessivo. Somente a louça vidrada e ordinária apresentava ótima qualidade. Elogia a competência dos carpinteiros de obra branca, dos mestres empregados no fabrico de navios de guerra e mercantes, dos pedreiros e dos ferreiros, apesar da peneira de ferramentas de trabalho, dos artífices em obras de agulha: rendas, bordados, tecidos.

Não havia, em 1837 estatística fabril, porém os principais estabelecimentos eram três fundições de ferro e cobre que pertenciam a Ferrez, Paris e Parot e Fleury, todos membros da Sociedade Auxiliadora da Indústria e que produziam foles e tornos, bombas e peças hidráulicas de metal.

A oficina de Frutuoso Luiz da Motta, também sócio, fabricava tecidos largos de seda com fios importados e produzidos na região e com fios de prata e ouro, tecidos de algodão e galões.

O francês Gouffet instalara em 1835 uma fábrica de oleados e tapetes na ilha de Mocangué.

Havia ainda nessa época duas fábricas de papel e papelão, uma delas do francês Gaillard mais moderna, empregando mecanismo movido a água, usando trapos e outras matérias-primas locais e uma de papel, papelão e chapéus de Constant. Por volta do fim dos 30, tinham sido montadas no município da Corte algumas pequenas fábricas de sabão, uma de maior escala do inglês Gardner na ilha do Governador e outra de sabonetes finos de cores em Benfica, fábricas de velas comuns e de espermacete e de pentes. O fabrico de velas e sabão de Lajoux era uma das poucas bem instaladas.

Em geral, o Conde de Gestas criticava a falta de proteção à manufatura por parte do governo, preocupado quase que exclusivamente com

os problemas políticos. Segundo ele, o Estado não tomava medidas contra a concorrência estrangeira ou para favorecer a importação de máquinas e matérias-primas. Somente uma fábrica de papel e estampanaria do Andaraí tinha recebido crédito de uma loteria promovida pelo estado.

Esse quadro geral da manufatura no Rio e circunvizinhanças apresentava os traços típicos de um centro urbano, inserido numa zona de produção escravagista e de plantação, em que prevaleciam a falta de estímulo à atividade fabril, a escassez do mercado, a predominância da fabricação de artigos de luxo, a precariedade da técnica e do equipamento. A descrição de 1837 permaneceu praticamente inalterada na década dos 30. No relatório do ano seguinte a Sociedade Auxiliadora, que dava pareceres sobre a qualidade dos produtos e oferecia prêmios aos inventores de máquinas fabris, referia-se à disputa, no mercado, de duas fábricas de velas do Dr. Pestana e de Victorino Garcia Duarte e ao estabelecimento da fábrica de chapéus de pena de garça por José Julio de Barros. A sociedade queixava-se da concorrência estrangeira, da falta de transportes e do espírito de iniciativa. Aliás, a maioria dos fabricantes era estrangeira. Não se apresentaram nesse ano candidatos aos prêmios oferecidos aos inventores e introdutores de novos processos fabris. Em 1839 só foram assinaladas duas fábricas novas: de papel no Andaraí pequeno e de cera na Praia Vermelha.

A maior preocupação da Sociedade Auxiliadora era o declínio dos preços e da produção do açúcar devido à concorrência do açúcar de betterra. Em 1838 o café prosperava em todos os lugares e: “a medida que aumenta vai diminuindo a cultura da mandioca, arroz e outros cereais e que por este motivo tem chegado a hum preço enorme”.¹³

Na década dos 40, o governo passou a se interessar pelo desenvolvimento das fábricas.

O relatório do Ministério do Império de 1850 incluía um quadro das fábricas protegidas por loterias ou prestações dos cofres nacionais, cinco em 1841 de vidros, beneficiadas com seis loterias, de tecer algodão de Frederico Guilherme, de tecidos de seda e algodão de Fructuoso Luiz da Motta, de papel de Zeferino Ferrez e André Gaillard que já existiam em 1836, com quatro loterias cada uma.

Em 1847, somente a fábrica de algodão de Andaraí pequeno recebeu 100:000\$000 dos cofres nacionais e, em 1848, a de fundição de ferro e mecanismos de Irineu Evangelista de Souza, na Ponta da Areia, com 300:000\$000 dos cofres públicos.

¹³ O *Auxiliador da Indústria Nacional* p. 346 e seg., 1838.

Dentre as cláusulas das concessões figuravam as de não admitir trabalho escravo ou de africanos livres e de manter na fábrica 10 meninos brasileiros, proporcionando-lhes instrução elementar, religiosa e industrial.¹⁴

Os dados sobre as manufaturas protegidas pelo Império na década dos 40 evidenciavam que esses estabelecimentos já possuíam as características de fábricas de maior escala, com certo grau de especialização de funções e usando trabalho livre assalariado. As fábricas de tecidos de algodão possuíam de 50 a 70 teares diversificados e uma delas empregava 116 operários livres, dos quais 16 brasileiros.

As oficinas de construção naval de Mauá funcionavam com 350 operários especializados. A ordem de grandeza da operação era bem maior do que a tradicional, por exemplo 22 teares produziam de 1 200 a 1 400 varas de tecido.¹⁵ As corporações e grêmios compunham-se de um mestre geralmente livre, proprietário dos instrumentos de trabalho e de um a quatro aprendizes e a manufatura das décadas dos 20 e 30 (fábricas de vela, sabão, tecidos, galões, chapéus, pentes, cera etc.) tinham por volta de 20 a 40 operários, em sua maioria escravos.

A nova atitude governamental também se evidenciava, nessa época, nas tarifas alfandegárias protetoras Alves Branco (1844) que procuravam solucionar o problema de as manufaturas estarem operando abaixo da capacidade instalada. A fábrica de tecidos do Andaraí pequeno só usava 25 dos seus 60 teares no início da década dos 40.

Apesar da depressão econômica, da crise dos preços do açúcar, o comércio do Rio estava em expansão e durante o período e fins do século XVIII a meados do XIX modificava-se com a penetração dos negociantes estrangeiros.

Os códices de registros de ofícios e casas de comércio nos anos de 1790, 1791, 1792 só assinalavam um estrangeiro, Jacob Munier, francês, que vendia galões de ouro e prata. Em 1790 constavam 30 ramos de casas de comércio e 599 registros; em 1791, 27 ramos e 1 031 registros; em 1792, 24 ramos e 985 registros, em 1822, 42 ramos e 2 461 registros.¹⁶ Em 1827 já se nota substancial aumento da influência estrangeira, 269 negociantes

¹⁴ Relatório do Ministério do Império. 1a. Sessão, 8a. Legislatura, Quadro 16, Fábricas Protegidas por Loterias ou Prestações dos Cofres Nacionais. Imprensa Régia, 1850.

¹⁵ Relatório citado, Condições das Concessões às Fábricas Protegidas.

¹⁶ Códices de Registros de Ofícios e Casas de Comércio de 1790, 91, 92 e 1822. Arquivo do Estado da Guanabara. Levantamentos de Hortencia Baamonte e Ondemar Ferreira Dias, já citados.

em lojas registradas nacionais e 84 estrangeiras, em 1842, 71 e 90; em 1850, 322 e 263 respectivamente.¹⁷

Na primeira metade do século XIX, o sistema de crédito e financeiro estava ainda numa fase de transição. Compunha-se das irmandades ligadas às corporações e ofícios, da Mesa do Bem Comum, espécie de associação dos comerciantes, depois absorvida pela Junta do Comércio, pelos vales emitidos pelos negociantes e pelo Banco do Brasil em que o Governo dominava e bancos comerciais. Nas primeiras décadas após a independência, havia escassez de meio circulante, vários tipos de meio circulante conforme as regiões do País, o que permitia especular com o câmbio. A balança comercial desfavorável obrigava o Brasil a exportar ouro e a inflação expulsava os metais nobres da circulação. O primeiro Banco do Brasil emitia papel-moeda que logo se desvalorizou. Os comerciantes vendiam a crédito devido à escassez sobretudo de moedas fracionárias e reuniam-se para emitir títulos de responsabilidade conjunta.

Os bancos estavam predominantemente ligados à atividade comercial e indiretamente à agricultura de exportação.

Os estabelecimentos de crédito, apesar de se recusarem a aceitar o endosso dos fazendeiros, emprestavam ao comissário, a sua firma ou sob letras endossadas por outros comerciantes. Os comissários eram os banqueiros diretos dos produtores de açúcar e de café. Já em 1842 e 1850 as firmas inglesas E. Johnston e Co. e Philip Brothers e Co. e a norte-americana Maxwell Wright e Co., negociavam com café e a primeira já exportava 94 mil sacas de café em 1850. As firmas exportadoras estrangeiras e nacionais compravam dos comissários que eram quase exclusivamente brasileiros e concentravam-se no Rio de Janeiro e Santos.¹⁸

¹⁷ *Almanack dos Negociantes do Império do Brasil*. Plancher Seignot, Rio de Janeiro, 1827.

Pequeno Almanack do Rio de Janeiro. Viúva Ogier e Filho, Rio de Janeiro, 1842.

Almanaque Laemmert. Rio de Janeiro, 1850.

Levy, Maria Barbara. *História dos bancos comerciais do Brasil. Estudo Preliminar*. IBMEC, 1972. Apresenta análise muito interessante da natureza do sistema bancário no início do século XIX.

Hasenbalg, Carlos A; Brigajão, Clovis; Costa, Fernando José Leite. *O setor financeiro no Brasil: aspectos históricos*. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1970.

Pandiá Calógeras. *Politique monétaire du Brésil*. Rio de Janeiro, 1910.

Lobo, Eulalia Maria Lahmeyer et alii. *Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930, resultados preliminares*. Já citado. Contém referências à especulação cambial e situação monetária, impressões de viajantes.

¹⁸ Graham, Richar. *Britain and the onset of modernization in Brazil, 1850-1914*. Cambridge University Press, 1968, p. 15-74.

O capital e crédito estrangeiros, sobretudo britânico, concentravam-se na infra-estrutura e somente uma parcela insignificante foi usada no investimento direto em fazendas de café. Aliás o café autofinanciava-se em larga medida.

Quanto à produção fabril, na década dos 40, o Governo começava a emprestar capitais através de loterias ou dos cofres públicos. Após a extinção do primeiro Banco do Brasil, fundava-se o Banco Comercial do Rio de Janeiro em 1838 e o Banco do Brasil de Mauá em 1851 que não tinham poder de emissão, reservado ao Tesouro, mas punham em circulação vales. Na década dos 50 o Banco Mauá financiava a produção fabril.

Foram fatores importantes das transformações sociais, econômicas e financeiras e da inflação a alta taxa de aumento da população, nesse período, e a rápida urbanização dos subúrbios do Rio apesar da tendência à depressão do setor exportador.

A estatística de 1799 restringia-se à área urbana do Rio de Janeiro, composta de apenas quatro freguesias: Sacramento (Sé-Catedral), Candelária, São José e Santa Rita com um total de 43 376 habitantes, excluindo a tropa situada nessa cidade.

A de 1821 compreendia as áreas urbana e suburbana ou rural. Da primeira constavam as quatro freguesias citadas e a de Sant'Ana com um total de 79 321 habitantes, da segunda, nove freguesias (Engenho, Lagoa, Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande, Inhaúma, Guaratiba, Ilha do Governador e Ilha de Paquetá) com um total de 33 374 habitantes. O total geral elevava-se a 112 695 habitantes.

Em 1799 as proporções de homens livres e de escravos eram de 69,5% e 34,5% respectivamente. Os livres propriamente ditos presumivelmente brancos constituíam 45,1%, 24 163 em números absolutos e os libertos (pardos e mulatos) 20,4%, 4 227 e os escravos 4 986 habitantes.

A taxa do crescimento anual médio urbano entre 1799 e 1821 foi de 2,8%. O cálculo da taxa pode ter sido ligeiramente prejudicado pela exclusão dos militares no censo de 1799.

Em 1821 a proporção de homens livres e de escravos era de 54,4% e 45,6%, respectivamente. A vinda da Corte e o afluxo de escravos devem ter sido responsáveis pelo ritmo elevado de aumento da população. Em números absolutos o total dos livres era de 57 605; 43 139 nas freguesias urbanas e 14 466 nas suburbanas e o dos escravos era de 55 090; 36 182 e 18 908 nas freguesias urbanas e suburbanas, respectivamente.

Em 1838 a estatística incluía as mesmas cinco freguesias urbanas de 1821 além de três novas: Lagoa, Glória e Engenho Velho, as duas últi-

mas figuravam em 1821 como suburbanas. Os totais de 1838 das zonas urbana e suburbana eram de 97 162 e 49 916 respectivamente, e o geral de 137 078.

A taxa de crescimento anual médio urbana foi de 1,2% e a suburbana de 1,1% e a global de 1,17% entre 1821 e 1838.

Em 1838 havia 75 525 pessoas livres (60 025 nas freguesias urbanas e 18 500 nas rurais) e 58 553 escravos (37 137 na cidade e 21 416 nos subúrbios). A população livre representava 57,3% da população total tendo havido portanto um aumento percentual em relação a 1821.

Em 1849 havia oito freguesias urbanas, as mesmas de 1838 e nove suburbanas, as do censo anterior acrescidas da de Santo Antônio.

O total da população urbana atingia a 205 906 e o da suburbana a 60 560 e o geral a 266 466.

Entre 1838 e 1849 a taxa do crescimento anual médio da população foi de 7,1% para as freguesias urbanas e de 3,7% para as suburbanas.

Em 1849, 127 051 livres e libertos moravam na cidade e 78 855 escravos, sendo o excedente a favor da população livre de 48 196. Nos subúrbios os livres e libertos compreendiam 28 813 habitantes, os escravos, 31 447 e o excedente de população escrava era de 2 934.

O total de livres e libertos elevava-se a 155 864 e de escravos a 110 602.

Em números absolutos, a população de escravos da cidade superava a dos subúrbios, no entanto nos subúrbios era majoritário em relação à branca e à mestiça. Na cidade, 48,8% da população era escrava e 51,2% livre, nos subúrbios havia 55,7% de escravos e 43,3% de livres. A percentagem global de livres caiu de 57% para 47% entre 1838 e 1849. Nota-se que a taxa de crescimento é excessivamente elevada assim como a queda percentual dos livres. A prof.^a Maria Barbara Levy analisou a validade da estatística de 1849 salientando que o diretor do censo, Jorge Haddock Lobo, declarou ter usado o imposto da décima urbana para calcular a população das freguesias urbanas, e para a das suburbanas serviu-se apenas de informações de particulares e do conhecimento próprio.

Mesmo admitindo-se a hipótese de Haddock Lobo de que o censo de 1838 fosse demasiado baixo e que a população já tivesse atingido nesse ano a 150 mil habitantes em vez de 137 078, seria difícil que em 11 anos alcançasse a cifra de 266 831 moradores.

Segundo os cálculos da autora citada baseados nas estatísticas mortuárias da Corte e tomando a proporção mais favorável de mortes nesse

período (1838-49) de uma para cada 23,85 para a população livre e de uma para 15,88 para a escrava, a população em 1849 deveria ser de 186 228 habitantes.

Haddock Lobo atribuiu o aumento excepcional da população à imigração e ao aumento de importação de escravos. Essa tendência é conhecida pois os proprietários rurais receavam o fechamento do tráfico negreiro.

Segundo o censo havia em 1849, 46 373 livres e libertos estrangeiros no Rio e 66 mil escravos vindos da África perfazendo um total de 112 373 estrangeiros e 44 602 escravos nascidos no Brasil. A população do Rio, exclusive os estrangeiros seria de 154 093 habitantes. A estatística de 1838 não forneceu dados sobre a entrada de estrangeiros, escravos nascidos no Brasil e importados, o que torna impossível uma avaliação do impacto da imigração no crescimento urbano. As imperfeições da estatística de 1849 devem ter causado uma certa distorção das taxas excepcionais de 3,7% e 7,1% e a global de 6,3% entre 1838 e 1849.

Para o período de 1821 a 1849, as taxas médias anuais de crescimento da população foram de 2,5% (suburbana), 3,1% (urbana) e 3,1% global.¹⁹

Em conjunto o período de 1820 a 1850 caracterizou-se por uma produção urbana artesanal e escravista associada a uma produção manufatureira e a uma expansão do comércio e do sistema financeiro.

Se definirmos "o artesanato como um processo produtivo no qual o trabalhador direto possuía o controle absoluto do processo de produção,

¹⁹ As fontes estatísticas principais são as seguintes:

Resumo total da população que existia no ano de 1799, compreendidas as quatro freguesias desta cidade do Rio de Janeiro até o último dia de dezembro do dito ano de 1799.

O censo foi feito por ordem do Vice-rei Conde de Rezende.

"Mapa da Corte e província do Rio de Janeiro", quadro da População da Corte do Rio de Janeiro em 1821, feito dirigido pelo Ouvidor da Comarca, Joaquim José de Queiroz, publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, v. 33, p. 133-42.

O recenseamento de 1838 foi feito por ordem do Ministro do Império, Conselheiro Bernardo Pereira de Vasconcellos, publicado em *Aspectos Estatísticos do Distrito Federal*, Diretoria-Geral de Estatística, do Distrito Federal, 1950.

O recenseamento de 1849, foi feito por ordem do Ministro da Justiça e Negócios do Estado, (Ministro Conselheiro Euzébio Mattoso Câmara) e dirigido por Roberto Jorge Haddock Lobo, publicado em *Aspectos Estatísticos do Distrito Federal*.

Levy, Maria Barbara. Aspectos da história demográfica e social do Rio de Janeiro 1808-1889. mimeogr.

Levy, Maria Barbara. Participação da população livre e escrava numa codificação socioprofissional do Rio de Janeiro (1850-1870). *Alguns aspectos*. mimeogr.

Nesses dois estudos a Prof.^a Barbara Levy apresentava crítica das fontes estatísticas, análises de taxa do crescimento da população etc

controlando portanto todos os seus meios de trabalho”²⁰ não poderemos considerar a existência de um artesanato típico no Rio de Janeiro, pois já na década dos 20 as corporações reclamavam contra aquelas que empregavam o trabalho escravo e contra os proprietários de escravos que usavam aqueles de mais de 14 anos nos ofícios.

Na década dos 20 a produção ainda estava dominada pelas corporações que fixavam as taxas salariais e preços dos artigos, controlavam a qualidade dos artigos produzidos e mantinham a hierarquia de aprendizes, oficiais, mestres, juizes. As corporações organizavam-se sob a forma de irmandades que por sua vez defendiam os interesses dos ofícios, fornecendo-lhes, inclusive, crédito. Finalmente, tinham voz no governo da cidade por intermédio dos juizes.

Nesse período o tipo de produção era artesanal no sentido de que os mestres na sua maioria eram proprietários dos meios de produção, não havia especialização de trabalho numa linha de produção, e as unidades eram pequenas usando técnica e equipamento reduzidos, contando com um a dois aprendizes de início e até quatro ou cinco na fase final.

Na década dos 30 acentuou-se a expansão da manufatura com regime assalariado e de escravidão, já desligada da agromanufatura. Na década dos 40 houve um declínio do trabalho artesanal e um distanciamento entre as manufaturas de velas, sabão, pentes, chapéus e as de maior escala, de construção naval, fundição, vidros, tecidos. Estas últimas caracterizavam-se pelo trabalho livre assalariado estimulado pelo governo, pelo volume de operários e da produção, pela técnica mais avançada.

Nessa mesma década, o sistema de crédito modificou-se. O crédito tradicional, através das irmandades, cofres de órfãos, Mesa do Bem Comum, estava superado pelos bancos comerciais, e o início do crédito, pela manufatura. O sistema achava-se em vias de se desvincular de grupos específicos e de adquirir caráter mais amplo e menos especulativo.

Nesse mesmo período a mão-de-obra também apresentava grandes transformações.

De 1820-21 a 1840-42 ocorreu grande alta do preço dos escravos. Vimos pelos censos que houve um aumento percentual considerável dos escravos de 1790 a 1821, porém entre 1821 a 1838 houve declínio, em relação à população total, revelando que o suprimento de mão-de-obra não estava satisfazendo a demanda numa fase de uma taxa de crescimento global elevada.

²⁰ Levy, Maria Barbara, Participação da população livre e escrava numa codificação socioprofissional do Rio de Janeiro 1850-1870. *Alguns aspectos*, mimeogr.

Houve uma segunda fase de ascensão dos preços dos escravos de 1842 a 1857. A estatística de 1849 apresentava um considerável aumento percentual de escravos no Rio em relação a 1838, possivelmente devido ao receio da iminente proibição do tráfico negreiro que estimulou a importação de africanos. Por outro lado, o sistema fabril e o cultivo do café consolidavam-se na década dos 40, ampliando a demanda de mão-de-obra. Finalmente a partir de 1850 e sobretudo de 1853, o suprimento de escravos da África declinou drasticamente ficando reduzido ao contrabando e à importação do Nordeste.²¹

Em geral no período de 1820 a 1850 houve uma tendência de elevação dos salários apesar dos períodos de inflação.

Não conseguimos dados relativos a salários de gerente e operários de fábrica, administrador de hospital, enfermeiro, farmacêutico, professor primário. Nesse período havia relativa escassez de operários livres assalariados, de gerentes e de administradores de hospital por causa do trabalho escravo, da produção artesanal e da falta de especialização de funções. O cargo de administrador só apareceu mais tarde nos livros de contabilidade dos hospitais das ordens religiosas, da Santa Casa e mesmo do hospital militar. A maioria das enfermeiras eram irmãs e freiras ou escravas que não recebiam remuneração. A profissão de farmacêutico era exercida pelo boticário. Os padres e membros de ordens religiosas ocupavam-se do ensino primário, havendo poucos professores pagos pelo governo.

Outro problema para obter certo tipo de salários é o do fechamento das manufaturas dessa época e perda dos arquivos.

Nas séries salariais que pudemos levantar verificou-se uma variação entre os assalariados dos vários níveis de renda. No nível inferior notamos que houve ligeira melhora do poder aquisitivo do servente de pedreiro, uma insignificante perda para o mestre de pedreiro e uma queda relativamente maior para os mestres de pintor e carpinteiro.

Acreditamos que o declínio do poder aquisitivo dos mestres decorreu da gradual dissolução do sistema das corporações após a sua extinção oficial, abrindo a possibilidade de ascensão social para os aprendizes, serventes e estimulando o trabalho escravo nos ofícios, o que teria agravado a alta do preço dos escravos levando em última instância a uma preferência pelo trabalhador livre.

²¹ Os preços de escravos de manufatura figuram no artigo já citado: Lobo, Eulalia Maria Lahmeyer et alii. *Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930. Resultados preliminares.*

Nas listas de profissões dos almanaques pode-se observar que o número de mestres de pedreiro e carpinteiro era reduzido para atender à necessidade de um centro urbano em expansão.

O maior declínio do padrão salarial dos mestres de pintor e carpinteiro parece refletir o fato de que o primeiro não pertencia à corporação e irmandade e o carpinteiro era considerado de menor *status* que o marceneiro e entalhador.²²

As categorias de enfermeiro, hortelão e barbeiro tiveram uma melhoria do poder aquisitivo. Os salários de enfermeiros ainda não sofriam a concorrência da enfermeira que recebia menos, os dos barbeiros, a do médico.

O hortelão só declinou de importância com a crescente urbanização apenas iniciada nesse período e com a expansão do cultivo do café.

Os salários do nível de renda mais alto, tais como profissionais liberais, médico, advogado, andador (espécie de procurador das ordens religiosas) e do sacristão sofreram considerável baixa do poder aquisitivo maior do que a dos trabalhadores de construção.

É difícil avaliar a renda real dos médicos e advogados, pois além dos salários recebidos nas ordens podiam acumular com outros pagos por instituições e ter remuneração de clínica e freguesia particulares.

Os salários das ordens religiosas equivaliam aos pagos pelas fábricas, segundo os dados de época posterior.

No período em estudo o advogado sofria a concorrência do andador e dos rábulas e o médico do barbeiro-sangrador, boticário e curandeiros. Os *Almanaques* de 1842 e 1850 assinalaram considerável aumento das profissões de barbeiro, nove para 29, (em 1850 os barbeiros foram registrados como barbeiros-sangradores) e de boticários de 17 para 72. Segundo o mesmo tipo de fontes havia 18 médicos formados e 104 cirurgiões prá-

²² Santos, Agenor Noronha dos. Um litígio entre marceneiros e entalhadores – Autos de execução de 1759-1761. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, n. 6, 1946.

Nesse litígio os juizes dos ofícios embandeirados de carpinteiros e marceneiros da Irmandade do Patriarca São José protestavam contra o entalhador, que fazia obras de marcenaria, e o pedreiro, que executava obra de carpinteiro. Depreende-se do processo que o ofício de carpinteiro considerado mais fácil era exercido por outros oficiais. Grande número de artífices testemunharam no processo e expressaram a opinião que outros profissionais podiam trabalhar em carpintaria.

ticos em 1827; 33 médicos formados, 21 cirurgiões formados e 70 práticos, em 1829; 36 médicos formados em 1842 (faltavam dados sobre cirurgiões) e 234 médicos e cirurgiões em 1850.²³

O número de advogados era bem pequeno, 36 em 1827, apenas 15 licenciados pela Casa de Suplicação em 1829, 19 em 1842 e 70 em 1850.

A baixa proporcionalmente maior do poder aquisitivo dos profissionais liberais, do andador e do sacristão, deve ser atribuída também à maior alta dos preços dos alimentos que compunham a sua dieta.

No período de 1820 a 1850 houve uma tendência à alta dos preços dos gêneros alimentícios no mercado do Rio em contraste com a baixa dos preços dos principais produtos de exportação.

As guerras no Sul, a revolta Cisplatina (abril 1825), a incorporação da Banda Oriental pela Argentina (outubro de 1825) e o bloqueio de Buenos Aires prejudicaram o abastecimento de farinha de trigo e carne seca do Rio, provenientes do Rio Grande do Sul e do Prata. Antes mesmo do conflito, pela posse da Província Cisplatina, o cultivo do trigo entrou em declínio no Rio Grande do Sul. A partir de 1820 essa queda da produção agravou-se devido à destruição provocada pelas guerras, às exigências do abastecimento das tropas. O Prata e os Estados Unidos substituíram gradualmente o Rio Grande do Sul no suprimento de trigo e de carne seca para o porto do Rio de Janeiro.

O deficit orçamentário decorrente da crise das exportações, dos conflitos no Sul, agravou-se atingindo a 42,60% em 1826. Para fazer face a esse problema o Governo aumentou a circulação de papel-moeda de 61,1% de 1826 a 1827.²⁴

A Guerra dos Farrapos de 1835 a 1845 produziu os mesmos efeitos sobre o abastecimento do Rio já assinalado em relação a 1825 somente em proporções bem mais significativas. O deficit orçamentário elevou-se a 3,0% em 1837; baixou para 17,40% no ano seguinte e atingiu 36,1% em 1838; 28,3% em 1840; 40,6% em 1841; 46,7% em 1842. O Governo au-

²³ *Almanack dos Negociantes do Império do Brasil*, Seignot-Plancher, Rio de Janeiro 1827.

Almanack imperial do Comércio e das Corporações, Seignot-Plancher, Rio de Janeiro 1829.

Pequeno Almanack do Rio de Janeiro, Viúva Ogier e Filho, 1842.

Almanack Laemmerl, Rio de Janeiro 1850.

²⁴ Onody, Oliver. *A inflação brasileira*. Rio de Janeiro, 1960. p. 27 e seg. Todos os dados sobre orçamento e emissões provêm dessa fonte. Essas séries têm como ano-base o de 1823.

mentou a circulação monetária de 49,7% de 1834 a 1836; de 11,7% de 1835 a 1836; de 2,0% de 1836 a 1837; de 12,7% de 1837 a 1838 e de 24,6% de 1840 a 1841. Nos últimos anos de guerra civil as emissões foram consideravelmente reduzidas.

Durante esse período o menor poder aquisitivo das exportações provocou o aumento dos preços dos gêneros de importação, tais como: manteiga proveniente da França, bacalhau de Halifax etc.

Finalmente, a alta taxa de crescimento da população entre 1838 e 1849 deve ter contribuído para aumentar a circulação monetária, e a inflação e a consolidação da produção cafeeira desviavam braços da agricultura de gêneros alimentícios para consumo local. Os membros da Sociedade Auxiliadora da Indústria queixavam-se em 1840 da carestia dos alimentos por causa da expansão da cafeicultura.

4. Evolução dos salários no período de expansão da cafeicultura no Vale do Paraíba e da consolidação do sistema manufatureiro-fabril no Rio 1850-1880

Nesse período o tráfico negreiro foi abolido, limitando-se a entrada de escravos aos provenientes do Nordeste e liberando capital para outros investimentos. Houve um afluxo de capital estrangeiro e os preços dos produtos de exportação tendiam a se elevar.

Apesar destas perspectivas favoráveis, as décadas de 50 a 70 caracterizaram-se por grande instabilidade dos preços dos produtos de exportação nos ciclos de curta duração, do sistema financeiro e da política monetária, acarretando uma série de crises.

De 1850 a 1852 ocorreu marcante elevação dos preços do café, açúcar, algodão, acompanhada de um declínio dos preços do mercado interno. Nestes primeiros anos da segunda metade do século, verificou-se uma expansão do crédito sob o influxo das perspectivas favoráveis da agricultura de exportação. No Rio de Janeiro, o Governo concedeu ajuda a fábricas de chá e vasos e figuras de barro vidrado e aos meios de transporte, tais como: navegação a vapor entre o Rio de Janeiro e o porto de Estrela, entre o Rio e Niterói, na praia de Botafogo, entre a Corte e Caravelas na Bahia e Santa Catarina; construção e melhoria de estradas entre a Corte e Minas Gerais, introdução de pontes de ferro construídas por novo

método no Rio de Janeiro e província e, finalmente, a instalação de fábrica de diligências.²⁵

Entre 1850 e 1860 houve grande expansão dos setores secundário e terciário da economia em consequência da prosperidade da cafeicultura. Foram montadas nesta década 62 indústrias, 14 bancos, 20 empresas de navegação, três companhias de transporte urbano e duas fábricas de gás no Brasil. Neste período foram lançadas as bases da rede de transportes do II Império; as ferrovias atingiram uma extensão de nove mil km, as linhas de navegação a vapor 50 mil km, e as de telégrafo 11 mil km.²⁶

Um setor dinâmico da indústria era o de tecidos. Em 1853 havia apenas oito fábricas no Brasil que empregavam 424 trabalhadores e produziam 1 210 mil metros de fazenda e em 1866 nove fábricas, 795 operários e uma produção de 3 586 metros.²⁷

Em 1853 havia ao menos três fábricas de tecidos no Rio de Janeiro que receberam ajuda governamental e em 1857 o *Almanack Laemmert* referiu-se a uma quarta.²⁸

O Censo do Rio de Janeiro de 1856 apresentou uma distribuição dos habitantes da cidade segundo as ocupações. Os critérios são muito falhos e a classificação abrangia apenas 8 222 pessoas num total de 151 776, mesmo se fossem descontados os inativos. Os escravos que ascendiam a 48 282 pessoas foram totalmente excluídos. No entanto, apesar das falhas apontadas o Censo deu uma estimativa para avaliar a importância relativa dos setores primário, secundário e terciário. O cálculo global da população ficou prejudicado nessa estatística pela falta de dados relativos a três freguesias: Sacramento, Jacarepaguá e Paquetá, sendo a primeira muito populosa, e de alguns quarteirões das freguesias de Candelária, Santa Rita, Sant'Ana, Santo Antônio, Engenho Velho, todas urbanas.

²⁵ Relatório do Ministério dos Negócios do Império, 1.^a sessão, 9.^a Legislatura, Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1953. Mapa estatístico dos privilégios e prêmios concedidos no ano de 1852.

²⁶ Prado, Caio Júnior. *Formação do Brasil contemporâneo — Colônia*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1942.

²⁷ Stein, Stanley. *The Brazilian cotton manufacture: textile enterprise in an underdeveloped area, 1850-1950*. Massachusetts, Harvard University Press, 1957. p. 191.

²⁸ Segundo os relatórios do Ministério do Império de 1850 e 1851 receberam ajuda do governo as fábricas de fiar e tecer algodão de Frederico Guilherme, no Andaraí, a de tecidos de algodão de Joaquim Hartley no Andaraí pequeno, e a de Frutuoso Luiz da Motta na rua do Hospício.

Relatório do Ministério dos Negócios do Império, 1.^a sessão, 8.^a Legislatura, Typografia Nacional, Rio de Janeiro, 1850. Quadro 16, Fábricas protegidas por loterias ou prestações dos cofres nacionais.

Relatório do Ministério dos Negócios do Império, 3.^a sessão, 8.^a Legislatura, Typografia Nacional, Rio de Janeiro, 1851.

Relação das loterias desde maio de 1821 até março de 1851.

Almanack Laemmert, Typografia Laemmert, Rio de Janeiro, 1857.

A distribuição ocupacional era a seguinte: ²⁹

Empregados públicos	
Clero	26
Fazenda	—
Justiça	—
Milícia	—
Diversos	10
Agricultura	887
Artes	160
Comércio	1 412
Letras	24
Marinha	30
Medicina	8
Indústria	39
Ofícios diferentes	1 900
Sem ofício	176
Trabalhadores	2 160
Lavradores	—
Diversas ocupações	1 390
Total	<u>8 222</u>

Considerando as grandes lacunas dessa lista ocupacional é importante usar outra fonte: o *Almanack Laemmert* de 1857 que apresentava um levantamento anual de fábricas, indústrias, ofícios, profissões, lojas. Nessa publicação foram classificadas como fábricas 381 empresas, divididas em 42 ramos. As fábricas de charutos e cigarros figuravam como as mais numerosas (111), em seguida vinham as fábricas-loja de chapéus (46), chapéus finos (21), chapéus (2), chapéus-de-sol (25); em terceiro lugar estavam as de velas de sebo (25) de segos e carruagens (24) de sabão e óleos (19) de licores e refrescos (14) de café torrado (13).

Os artigos de vestuário (chapéus, camisas, coletes, sapatos, uniformes militares) ocupavam o primeiro plano; os artigos de alimentação (café, chocolate, conservas alimentícias, licores e refrescos, cervejas, azeite, vinagre, massas) ficavam em segundo lugar e os artigos de uso doméstico (banheiras, fogões, móveis, camas de ferro) situavam-se em terceiro lugar quanto ao número de empresas. Só havia uma unidade produtora de bens de capital nessa lista, a de motores a vapor.

²⁹ Relatório do Ministério dos Negócios de Justiça e Eclesiásticos, Typografia Nacional, 1856. Anexo D.

Relatório da Secretaria da Polícia da Corte apresentado por Lindorf Ernesto Ferreira França.

Acrescentamos a essa lista as refinadoras de açúcar (24), olarias (4), serrarias (12) e estaleiros (4), tipografias (25) não incluídas nessa categoria pelo *Almanack*.

Finalmente, adicionamos estabelecimentos da zona suburbana: fábricas de louça (1), de telhas (3), de cal (1), de cola (2), de aguardente (2), de velas e sabão (1), de tecidos (1), obtendo um número total de fábricas de 449.

As indústrias dividiam-se em cinco ramos: abridores de metal, alfaia-tes, espingardeiros, estampas e gravuras, estampas e tabaco perfazendo o número total de 145 unidades.

Os ofícios compreendiam 38 ramos e 789 unidades, excluindo as serrarias, olarias, hotéis, casas de pasto, salas de aluguel, padarias, horticultura e tipografias, mas deixando os tipógrafos. As categorias de indústria e fábrica parecem implicar o conceito de maior dimensão da unidade, porém na realidade não se pode distinguir a diferença.

O total de fábricas, indústrias e ofícios de 1 383 é bem menos elevado do que o de 2 099 (1 900 ofícios, 160 artes e 39 indústrias) do Censo de 1856 e provavelmente a cifra maior deve estar mais próxima da realidade. Parece que os dados relativos a ofícios, artes e indústrias referiam-se apenas aos proprietários de empresas ou autônomos, pois não atingiam sequer ao número de unidades fabris e ofícios da lista do Censo. Verificamos também grande discrepância em relação ao comércio.

O *Almanack* apresentou um levantamento de 3 206 negócios, empreendendo 49 ramos diferentes de lojas e 28 ramos de armazéns e as pequenas lojas do mercado, enquanto que no Censo o setor de comércio era composto de 1 412 estabelecimentos comerciais. Provavelmente boa parte da categoria de diversas ocupações deveria ser absorvida pelo comércio.

Os escravos parecem ter sido excluídos desta classificação ocupacional do Censo. No entanto eram empregados tanto na atividade manufatureira, nos ofícios como na comercial, no serviço público e no doméstico e predominantemente na lavoura, nos subúrbios.

Em 1857 os estrangeiros possuíam 700 negócios e os brasileiros 475. Numa população global de 151 776, 66 907 eram estrangeiros e 84 869 brasileiros, porém não foram discriminadas as proveniências dos imigrantes ou feita uma distinção dos que vieram livremente. Nesta época o tráfico negreiro já fora abolido e os escravos contrabandeados, se capturados pelas autoridades eram considerados africanos livres.

O *Almanack* fornecia uma informação mais completa sobre as profissões liberais: médicos (412), parteiras (18), dentistas (18), veterinários (5), advogados (108), engenheiros (7), engenheiros civis (7), arquitetos

(9), pintores de paisagem (23), professores de línguas (34), de ciências (15), de desenho (16), de ginástica e esgrima (4), de dança (4), de música (56) .

Quanto ao setor primário havia 28 fazendas de açúcar, sete fazendas de aguardente, 150 fazendas de café, duas fazendas de gado, sete fazendas de produção não definida. O total de propriedades agrárias de 194 do *Almanack* ficou muito aquém dos 887 do Censo, que provavelmente incluiu pequenas e médias propriedades. A inexistência de dados sobre lavradores no Censo e o número reduzido fornecido pelo *Almanack* (103) parecem indicar que a grande massa dos trabalhadores agrícolas era constituída por escravos.

Em conjunto os dados estatísticos disponíveis para 1856 forneciam um quadro do sistema produtivo que diferia mais quantitativamente do que qualitativamente do panorama da década dos 40.

O período de 1853 e 1860 caracterizou-se pela instabilidade dos preços de exportação do açúcar, algodão e café e a uma alta dos preços dos gêneros alimentícios no mercado do Rio entre 1853 e 1859. Esta elevação decorreu ao menos em parte da guerra com o Uruguai e da invasão argentina (1851-1852) que prejudicaram a exportação de carne seca e de trigo para o Rio e desviaram alimentos para a frente de guerra.

A tendência do poder aquisitivo dos assalariados foi de baixa de 1853 a 1859. Em 1853 o Ministro do Império mandou fazer um inquérito no Brasil sobre as causas da carestia dos alimentos. Em geral as respostas dos presidentes do Amazonas, Maranhão, Ceará, Sergipe, Piauí, Rio Grande do Norte, Bahia, Espírito Santo, Santa Catarina, Paraná, deram prioridade aos seguintes fatores: escassez de braços escravos, exceto Santa Catarina e Paraná; transferência da mão-de-obra da lavoura de subsistência para a exploração da goma elástica (Amazonas), e para o cultivo da cana, do café, do mate (Paraná); desinteresse do liberto de produzir gêneros alimentícios; falta de técnica na agricultura, esgotamento do solo; precariedade dos transportes; secas nos anos anteriores; ferrugem no trigo e doença da cana em Santa Catarina. As províncias do Paraná e de Sergipe apontaram as epidemias de *cólera morbus* e de febre amarela como responsáveis pela escassez de mão-de-obra e a de Santa Catarina, a migração de braços da lavoura para outras regiões do País. Várias províncias incluíram como causas da carestia o excesso de meio circulante.³⁰ Nota-se

³⁰ Relatório do Ministério dos Negócios do Império, 2.^a sessão, 10.^a Legislatura, Typografia Universal Laemmert, Rio de Janeiro, 1858. Anexo G. Pareceres da Comissão Encarregada de consultar sobre as causas da carestia dos gêneros alimentícios.

também, neste documento, que certas regiões, como o Nordeste e o Leste especializaram-se nas plantações tropicais em consequência da alta dos produtos de exportação enquanto outras como as do Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul transformavam-se em zonas abastecedoras de alimentos.

O Rio de Janeiro não foi incluído no inquérito mencionado mas sofria do mesmo tipo de problemas das províncias: a escassez da mão-de-obra escrava, a expansão das fazendas de café e açúcar nas freguesias suburbanas, a redução de horticultura, a concorrência das plantações do Vale do Paraíba no mercado de escravos, a baixa produtividade dos libertos.

Já vimos os dados sobre a escassez de lavradores em 1857, ano em que só havia 11 horticultores e 103 lavradores livres no Rio.

As epidemias de febre amarela e de *cólera morbus* (1855-56) ainda agravavam a escassez de braços. O período de 1842 a 1857 foi de alta dos preços dos escravos se bem que menor do que no período de 1820-21 a 1842.

Entre 1849 a 1856 a população global do Rio reduziu-se drasticamente de 266 466 a 151 776. A dimensão desse declínio talvez esteja exagerada porque os dados de 1849 superestimaram a população do Rio de Janeiro e em 1856 faltaram informações sobre três freguesias e alguns quarteirões de outras, como já foi assinalado. A população escrava baixou de 110 602 para 48 282.

Os gêneros alimentícios passaram a ser importados de regiões mais distantes e o abastecimento de carne estava em crise por causa do regime de monopólio sobre esse produto.

A alta das emissões de 1853 a 1857 não parece estar vinculada aos déficits orçamentários que foram relativamente pequenos nesses anos apesar da guerra no Uruguai e da invasão da Argentina (1851-1853), mas a uma política inflacionária de investimentos na infra-estrutura e nas plantações.³¹

A crise de 1856-1857 estava articulada à inflação na Europa e Estados Unidos, decorrente do brusco afluxo de ouro com a descoberta de minas na Califórnia e Austrália, e que acarretou uma queda da importação de produtos tropicais.

³¹ Os dados sobre os preços no mercado interno e externo, sobre a mudança da proveniência dos gêneros alimentícios no mercado do Rio, sobre os déficits e as emissões, já foram analisados no artigo anterior já citado: *Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930*.

Essa conjuntura internacional deu origem a uma instabilidade dos preços dos principais produtos da pauta de exportações do Brasil.³² Por outro lado, a Lei Alfandegária liberal de 1857 estimulava a entrada de manufaturas estrangeiras concorrentes e ameaçava desequilibrar a balança de pagamentos.

Todos esses fatores contribuíram para uma baixa do poder aquisitivo dos salários.

A crise de 1856 e 1857 foi superada em parte por um empréstimo externo e levou o Governo a adotar uma política deflacionária, restringindo o poder de emissão de vales dos bancos independentes e procurando controlar as sociedades anônimas. Os preços dos gêneros alimentícios baixaram de 1859 a 1860 e a estabilidade parecia restabelecida.

A mobilização das tropas e as necessidades de desviar alimentos para abastecer o Sul concorreram para a crise de 1864. Nesta ocasião, os fazendeiros não conseguiram empréstimos, dando como garantia os escravos devido ao receio da abolição da escravatura.

Nos livros de contabilidade do Moinho da Luz (antiga Luz Stearica) os preços dos escravos estabilizaram-se de 1857 a 1864 quando foram desvalorizados. A doença do café e a incapacidade de obter crédito criaram uma depressão na região do Vale do Paraíba. A cafeicultura em São Paulo era menos dependente do escravo para obter crédito e as casas comissárias em geral não foram afetadas pela crise bancária. Os preços do café, algodão e açúcar que se elevaram de 1860 a 1864 passaram a baixar de 1865 a 1868. O preço do café tornou a subir ligeiramente, sofrendo outra queda em 1873.

A tendência geral de baixa de poder aquisitivo salarial a partir de 1853 agravou-se em 1864 e ainda mais durante a Guerra do Paraguai e na crise de 1875.

Os preços dos gêneros alimentícios elevaram-se de 1865 a 1870 em função das exigências da Guerra do Paraguai.

Os deficits orçamentários ampliaram-se para atender aos gastos militares e provocaram uma brusca alta das emissões. O Governo não só aumentava as importações, como dera prioridade ao material bélico em detrimento dos gêneros alimentícios e expandia os investimentos.

Datam dessa época 41 concessões de privilégios para indústrias, na sua maioria de extração mineral, a fundação de dois bancos no Rio, a instalação de seis indústrias no País e a abertura de duas estradas de ferro.

³² Borges, Thomas Pompeu Accioly. Estudos especiais -- A conjuntura no Brasil desde 1822, artigo já citado.

Durante a guerra o sistema fabril-manufatureiro aumentou consideravelmente do ponto de vista quantitativo, mantendo porém a mesma estrutura.

O esforço da guerra que acarretou o surto manufatureiro industrial fez-se à custa do sacrifício dos assalariados.

A depressão salarial de 1865 a 1870 distribuiu-se desigualmente segundo os vários níveis de renda.

O servente de pedreiro e o pedreiro sofreram substancial perda de poder aquisitivo ligada ao declínio da construção civil durante a guerra. Os carpinteiros tiveram uma melhora, apesar da inflação, provavelmente decorrente da grande demanda da construção naval incrementada durante a guerra. Não encontramos dados relativos aos pintores nesses anos.

Todos os salários das demais categorias existentes (barbeiro, hortelão, porteiro, enfermeiro, capelão médico, andador) tiveram um declínio de padrão de vida. Apenas o escriturário, o sacristão e o boticário obtiveram aumentos salariais que compensaram a elevação dos gêneros alimentícios.

A melhora do boticário deve estar ligada à importância adquirida pela profissão. Em 1842 havia 17, em 1850 72 boticários e em 1857-1858 já apareciam 79 farmácias e uma fábrica de produtos farmacêuticos.³³

É difícil de interpretar o aumento salarial do escriturário e do sacristão.

De um modo geral o Governo imperial adotou uma política de restrição às verbas do clero. As dízimas já não eram aplicadas na Igreja como no tempo colonial, a atitude de D. Pedro II era anticlerical. O Censo de 1856 apresentou um número irrisório de membros do clero. Em meados do século XIX os conventos e ordens religiosas estavam em declínio e a maior parte das paróquias vagas. Também não se pode avaliar o efeito da secularização da sociedade sobre as vocações religiosas. No Rio existiam apenas 424 eclesiásticos em 1870. Quanto ao escriturário, a crescente institucionalização e burocratização da Corte deveriam favorecer essa profissão.

No período da Guerra do Paraguai e nos primeiros anos do pós-guerra acelerou-se o processo de abolição da escravatura. O governo concedeu liberdade aos escravos que combateram no Paraguai, a campanha abolicionista incrementou-se e iniciou-se uma imigração mais organizada visando suprir a demanda de mão-de-obra. Por outro lado, houve um aperfeiçoamento da técnica, da mecanização da agricultura, uma melhora dos

³³ *Almanack Laemmert*, 1842, 1850, 1857, 1858.

meios de transporte que reduzia a demanda de escravos. Não parece que tenha existido no Brasil uma política de criar escravos para suprir o mercado. A taxa de mortalidade do município da Corte segundo as estatísticas do Ministério do Império eram altas.³⁴

Finalmente a Lei do Ventre Livre de 1871 reforçava o receio da libertação total e levava as casas de crédito a se recusarem a aceitar o escravo como garantia de empréstimos.

O brusco crescimento dos libertos no mercado de trabalho deve ter contribuído para a depressão salarial.

Outro problema foi o da deflação do pós-guerra e abandono da política alfandegária protecionista, prejudicando a produção manufatureira e fabril incrementada nos anos do conflito. Tais fatores mantiveram uma situação de depressão do poder aquisitivo salarial que culminou em 1875 com a crise bancária, o aumento das emissões, a negociação de empréstimo externo para apoiar o sistema de crédito e a produção agrícola. A seca do Nordeste, 1877-78, o declínio dos preços do café e borracha em 1878 contribuíam para prorrogar a crise de 1879.

Por meio das estatísticas de 1870 e 1872 pode-se ter uma idéia da situação do Rio nessa época.

Em 1870 a população global era de 235 381 habitantes, dos quais 191 002 viviam nas 12 freguesias urbanas (Sacramento, antiga Sé, Candelária, São José, Santa Rosa, Sant'Ana, Lagoa, Glória, Engenho Velho, Santo Antônio, São Cristóvão, Espírito Santo). As duas últimas ainda eram classificadas como suburbanas no Censo de 1856. Aliás em 1870 já estavam reduzidas a oito (Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande, Inhaúma, Guaratiba, Ilha do Governador, Ilha de Paquetá, Santa Cruz) e a população dessa zona semi-rural limitava-se a 43 379 moradores.

No entanto a taxa de crescimento anual médio entre 1856 (151 776 habitantes) e 1870 (235 381 habitantes) foi de 4,4%, bem superior à dos períodos anteriores.³⁵

Entre 1856 e 1870 houve uma quase-estagnação do número absoluto de escravos que era de 48 282 e 50 092 respectivamente e uma baixa percentual em 1870.

³⁴ Haddock Lobo, Roberto. *Reflexões a cerca da mortalidade da cidade do Rio de Janeiro em todo o ano de 1847*. Typografia Imperial, Rio de Janeiro, 1848.

Maria Barbara Levy, baseada nas *Estatísticas mortuárias da população da Corte* publicadas nos Relatórios do Ministério dos Negócios do Império, calculou a taxa de mortalidade em 1 para cada 23,86 entre os livres e 1 para cada 15,88 para os escravos. (Participação da população livre e escrava numa codificação socioprofissional do Rio de Janeiro, 1850-1870. Alguns Aspectos. mimeogr.).

³⁵ De 1799 a 1821 foi de 2,8% (exclusivamente zona urbana); de 1821 a 1838 1,17% (taxa global); de 1838 a 1849 6,3% (global); de 1849 a 1872 0,1% (global) e menos 0,3% (urbana). A baixa de população entre 1849 e 1856 já foi analisada anteriormente.

A proporção de libertos aumentou consideravelmente nesse intervalo de tempo, deprimindo o nível salarial da mão-de-obra livre. Não parece que a concorrência de estrangeiros tenha sido significativa. Se compararmos os dados dos dois Censos de 1856 e 1870 verificamos que a média anual dos imigrantes estrangeiros que permaneceram no Rio foi de 840,6. A estatística de 1856 dava uma entrada de 9 416 estrangeiros naquele ano, o que leva a ver que uma percentagem muito alta deste contingente não ficava na Corte.

Os recenseamentos de 1870 e 1872 foram os primeiros feitos, sistematicamente, baseados em critérios seguros e apresentavam uma perfeita compatibilidade de informações. O aumento de estrangeiros residentes no Rio entre essas duas datas foi de 2 601 por ano em média. Portanto, a partir de 1870 a contribuição dos estrangeiros nas atividades econômicas desenvolveu-se consideravelmente.

A classificação ocupacional do Censo de 1870 distribuía a população ativa da seguinte forma:

Eclesiásticos	424
Militares	7 646
Empregados públicos	3 066
Profissão literária	2 806
Comerciantes	21 583
Capitalistas	245
Proprietários	1 562
Lavradores	13 560
Pescadores	1 393
Marítimos	1 603
Manufatura Artes e Ofícios	44 381
Agências	3 275
Serviço doméstico	53 160
Sem profissão conhecida	80 717
<hr/>	
Total	235 421

No setor primário da economia o dado mais significativo é o de 13 560 lavradores, contrastando com a cifra de 103 do *Almanack* de 1857 que excluía os escravos. Essa diferença refletia a rapidez do processo de liberação dos escravos. Aliás, segundo a estatística de 1872, apenas 174 escravos eram pescadores e 5 695 lavradores.

No Censo de 1870, 44 381 habitantes estavam empregados no setor secundário (manufatura Artes e Ofícios) e no *Almanack* de 1857 foram especificados 789 ofícios, 449 fábricas e 145 indústrias, perfazendo um total de 1 383 pequenas empresas e oficinas. Faltavam dados nessa fonte sobre o número de trabalhadores, escravos e livres, da manufatura e de aprendizes dos ofícios e artes. O Censo de 1870 discriminou 822 manufatureiros e fabricantes que eram proprietários de empresas. Possivelmente esse dado seria comparável ao de 514 donos de fábricas e indústrias, da lista do *Almanack* citado, o que representaria um pequeno crescimento no número de unidades do setor manufatureiro.

Se analisarmos o montante de operários das 10 profissões manuais ou mecânicas do Censo de 1872, verificamos que do total de 17 059 a maioria concentrava-se nos seguintes setores: metais (928), madeiras (5 920), vestuário (2 519), chapéus (498), calçados (2 000), couros e peles (479), carteiros, calceteiros, mineiros e cavouqueiros (928), construção (2 738). Nessas duas categorias deveriam estar incluídos oficiais ou artesãos trabalhando de forma autônoma e sendo donos dos meios de produção. Uma parte dos jornaleiros deveria estar empregada no setor secundário pois, em 1907, constituía 80% de mão-de-obra fabril.

O tipo das manufaturas não parece ter-se modificado substancialmente quanto à técnica, dimensão da empresa e ramos de produção. Continuavam a predominar vestuário, calçados, chapéus, madeiras, metais. A julgar pelo número de operários, a construção civil teve grande incremento.

A maior diferença em relação a 1857 era a do desaparecimento da participação dos escravos das atividades manufatureiras principais.

Os artífices que correspondiam *grosso modo* aos oficiais atingiam a um total de 9 428 em 1872 e compreendiam 498 escravos que não possuíam os meios de produção.

O número de artes ou ofícios teria aumentado de 789 em 1857 para 9 428 em 1872.

Se somarmos os 17 059 operários, os 9 428 artífices, as 11 592 costureiras, classificadas como profissionais manuais em 1872, obtemos um resultado de 48 951 habitantes que parece perfeitamente compatível com os 44 381 indivíduos ocupados no setor de manufatura artes e ofícios de 1870.

Se adicionarmos os 9 428 artífices e as 11 592 costureiras, temos um quadro global aproximado dos ofícios (11 010), aproximadamente, comparável aos 789 ofícios de 1857. Esses dados indicariam grande dinamismo do setor tradicional de artesanato.

Finalmente o total dos 11 010 ofícios e 822 donos de empresas (11 830) seriam aparentemente semelhantes aos 1 383 ofícios, fábricas e indústrias de 1857.

Essas cifras parecem indicar aumento das dimensões das unidades fabris o que é confirmado pelo número de operários.

É claro que essas comparações têm apenas um valor indicativo e servem somente para dar uma idéia da natureza das transformações ocorridas.

Segundo esses dados parece que o crescimento entre 1856-57 e 1870-72 foi fundamentalmente quantitativo no setor secundário com a exceção do desaparecimento do escravo nos ramos fabris-manufatureiros principais. O censo não forneceu dados sobre as ocupações dos escravos jornaleiros que poderiam estar empregados na manufatura. A distribuição ocupacional dos escravos em 1872 era a seguinte: 498 artífices ou oficiais; 527 marítimos; 174 pescadores; 1 384 costureiras; 5 695 lavradores; 22 842 domésticos; 5 785 criados e jornaleiros; 9 899 sem profissão.

No setor terciário encontramos 23 481 comerciantes, guarda-livros e caixeiros.

Em 1857, segundo o *Almanack Laemmert*, o número de pessoas ocupadas no comércio (1 412) era maior do que o dos ofícios, fábricas e indústrias (1 383) — nas duas cifras foram excluídos empregados e operários.

Em 1870 temos as seguintes proporções para os dois setores: 23 481 e 48 981 respectivamente.

As cifras relativas aos militares eram exageradamente altas em 1870 (7 646) em função da Guerra do Paraguai e declinaram em 1872 (5 474) em consequência da desmobilização.

A redução do número de empregados públicos entre essas duas datas de 3 066 para 2 498, somando-se a rubrica de empregados públicos de juizes e oficiais de justiça é difícil de explicar; provavelmente decorreu da diferença de critérios.

O clero também diminuiu de 424 para 264 o que está condizente com a atitude secularizante e anticlerical do Império e com a tendência geral após a Independência.

Em 1872 as profissões liberais (médicos 394, cirurgiões 44, farmacêuticos 369, parteiros 54, advogados 242, procuradores 151, notários e escrivães 85, professores e homens de letras 897) eram exercidas por 3 005 pessoas. Houve insignificante aumento em relação a 1856 quanto às categorias comparáveis, exceto os farmacêuticos (médicos e cirurgiões 412,

parteiras 18, farmacêuticos 79, advogados 108, professores 129). Considerando-se que a população cresceu a uma taxa de 4,4% em média por ano deveria haver grande escassez de profissionais em todos esses ramos. O dado de 1872 não é comparável a 1870 porque nesse último ano só foi atribuído um valor global mal definido à profissão literária na classificação ocupacional. O aumento do número de pessoas no serviço doméstico foi pequeno de 53 160 habitantes em 1870 para 55 011 em 1872 dos quais quase 50% eram escravos. Os sem profissão conhecida atingiam a 80 717 em 1870 e passaram a 92 106 em 1872 o que vem dar o apoio à hipótese de que o investimento de libertos, sem habilitação, concorrendo no mercado do trabalho, teria baixado o poder aquisitivo salarial.

As categorias ocupacionais representavam pequena parcela da população total o que naturalmente restringe a sua validade.

Em 1870 nas freguesias da Candelária, São José, Santa Rita, Glória e Santo Antônio concentravam-se a manufatura, os ofícios, o comércio, e as atividades portuárias. Nessa região também se encontravam casarões e chácaras de comerciantes e fabricantes, sobretudo na Glória, Catete e Santa Tereza. Na Candelária e Santa Rita havia um predomínio de adultos, solteiros de 20 a 40 anos.

Na freguesia de Santo Antônio, no centro urbano, havia, ao lado de habitações de padrão alto, grande número de cortiços, estalagens, casas de pensão, principalmente no morro de Santo Antônio que apresentava o mais baixo nível de alfabetização do centro da cidade.

Em 1856 o Censo da Secretaria da Polícia da Corte fez um levantamento dos cortiços (114) que se localizavam nas freguesias da Glória (27), Santo Antônio (23), Santa Rita (17), Lagoa (17), São Cristóvão (14) e Sacramento e São José com oito cada uma delas. O relatório informava que Sant'Ana também tinha cortiços mas o inquérito não fora enviado a tempo para o censo.

Em 1856 a maioria dos moradores dos cortiços eram oficiais ou artífices (1 394) seguidos dos sem ofício (788), das costureiras (518), dos operários fabris (460), carroceiros (226), quitandeiras (110), lavadeiras e engomadeiras (184). A população dos cortiços em 1856 era de 4 003 pessoas (sem contar a freguesia de Sant'Ana) das quais 1 171 habitavam na freguesia de Santo Antônio e os portugueses (2 081) constituíam a maioria dos inquilinos. Entre os grupos étnicos minoritários encontravam-se 212 africanos e aproximadamente 60 escravos provavelmente de ganho, uma categoria que vivia autonomamente e pagava uma percentagem do salário ao proprietário.

Esses dados do inquérito policial de 1856 indicavam que a concentração de operários oficiais ou artífices e de pessoas que trabalhavam em serviço doméstico e transporte permanecia no Centro, próximo às atividades artesanais manufatureiras e portuários e particularmente na freguesia de Santo Antônio e no morro de Santa Tereza, onde começava a se formar favelas. Em 1870 os cortiços localizavam-se em ordem decrescente de importância em Santo Antônio, Santa Rita, Glória, Lagoa, São José, São Cristóvão e Sacramento.

As freguesias da Glória, da Lagoa, de Engenho Velho, São Cristóvão e Espírito Santo, eram zonas residenciais da população abastada; fazendeiros, criadores de gado, comerciantes.

As zonas de maior alfabetização eram as de Sant'Ana, Santa Rita, Sacramento, São José, Glória e a categoria social mais instruída era a dos empregados do comércio.

Em 1872 a freguesia de Santo Antônio tinha a maior densidade de habitantes por prédio (12,37), as freguesias de Santa Rita, Glória e Sant'Ana apresentavam uma densidade por prédio de 11 e fração, a de São José de 10,69, a do Sacramento, de 7,9. Na Candelária, Espírito Santo e Engenho Velho a taxa baixava para 6,76 e em São Cristóvão, zona residencial aristocrática, reduzia-se a apenas 5,85.

As freguesias suburbanas situavam-se predominantemente na zona oeste da cidade, onde predominavam as atividades agropecuárias. A zona pastoril estendia-se do Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba.

As fazendas de café localizavam-se na Ilha do Governador, Inhaúma, Campo Grande, Guaratiba e as de cana-de-açúcar, em declínio no Irajá, Guaratiba e Campo Grande, onde a lavoura se associara à fabricação de aguardente. A zona suburbana estava em declínio e a população apresentava baixo índice de crescimento. Nessa região concentrava-se a população escrava e o analfabetismo.

5. A evolução dos salários no período de expansão fabril-industrial de 1880 a 1930

A produção fabril industrial no Brasil sofreu grande impulso da década de 1880 a de 1910. A produção de tecidos de algodão aumentou mais de

10 vezes de 1885 a 1905 e houve substancial crescimento da formação de capital segundo os dados de 1901 a 1914.³⁶

Em 1907 a manufatura de tecidos, vestuário, sapatos e alimentos representavam mais de 57% do total da produção fabril e em 1919 mais de 64%.

A expansão da cafeicultura acarretou o desenvolvimento de uma rede de transportes, da capacidade geradora de energia, criando uma infra-estrutura favorável ao crescimento das atividades do setor secundário da economia. Por outro lado, o afluxo de imigrantes, a abolição da escravidão contribuíram para uma ampliação do mercado consumidor.

O Distrito Federal, São Paulo e o Estado do Rio de Janeiro ocupavam posição de destaque nas estatísticas de 1907, 1912 e 1920 como os maiores centros produtores do País.

O quadro seguinte dá uma idéia da importância do Rio de Janeiro no conjunto do território nacional, quanto às indústrias mais dinâmicas, às de tecidos e bebidas que ocupavam o primeiro e segundo lugares, e calçados o terceiro em 1912 e 1920.

Estes dados não são estreitamente comparáveis, porque em 1907 o levantamento compreendeu estabelecimentos de pequeno porte, de natureza artesanal, enquanto que em 1912 só foram estudadas as indústrias sujeitas ao imposto de consumo e em 1920 foram desprezadas as pequenas manufaturas e as usinas açucareiras. Quanto ao capital, o critério também não foi uniforme, em 1907 foi adotado o conceito de capital nominal realizado, em 1920 o de capital empregado, de acordo com o último balanço, incluindo terras, edifícios, maquinaria, utensílios e estoques.

Apesar destas restrições, pode-se ter uma indicação da tendência primeiro ao declínio (-39%) e em seguida ao aumento do investimento de capitais na indústria.

Em 1920 as sociedades anônimas absorviam a maior parte dos capitais no Distrito Federal (53,5%), as sociedades em nome coletivo 15,6% e as firmas individuais 6,0%.

O pequeno crescimento do número de estabelecimentos em relação ao aumento de capital entre 1907 e 1920 leva a crer que houve um processo de aumento de escala das unidades produtoras no Rio. A pequena percentagem de empresas individuais parecia confirmar este ponto de

³⁶ Baer, Werner & Villela, Annibal. Industrial growth and industrialization. Revisions in the stages of Brazil's economic development. mimeogr. Nesse estudo foram apresentadas as informações estatísticas sobre os indicadores de formação de capital que só existem a partir de 1901 e referentes a produção de tecidos de algodão.

Tecidos	N.º de estabelecimentos			Capital			Diferença % entre capitais e empregados	
	1907	1912	1920	1907	1912	1920		
DF	23	21	37	76:077\$259	73:113\$276	183:034\$554	-3,9	150,3
Total de Brasil	184	198	319	264:733\$903	295:503\$086	612:960\$614	11,6	107,4
Fabricação de bebidas	54	58	58	9:549\$000	14:120\$900	24:336\$963	51,0	68,8
DF TOTAL	443	1 526	785	37:314\$271	61:452\$297	96:311\$051	64,7	56,7
Fabricação de calçados - - DF	57	195	164	5:561\$000	8:080\$540	17:004\$911	45,3	110,4
TOTAL	119	4 183	1 319	10:117\$000	26:048\$826	49:247\$477	157,5	89,1*

* Recenseamento realizado em setembro de 1920. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria-Geral de Estatística, Typografia Estatística, Rio de Janeiro, 1927. v. 5: Indústria. Essa publicação contém o Censo feito em 1907, pelo Centro Industrial do Brasil, solicitado pelo Ministério de Viação e Obras Públicas, o de 1912 relativo às indústrias sujeitas ao imposto de consumo e o de 1920.

vista. No entanto em 1920, apesar das transformações do parque industrial do Brasil, no Distrito Federal o número médio de operários por estabelecimento era de apenas 36, e 30,5% das empresas recenseadas só empregavam até quatro operários. Das 1 541 unidades fabris que constam do censo, 470 tinham até quatro operários; 352 de cinco a nove; 306 de 10 a 19; 238 de 20 a 49; 77 de 50 a 99; 56 de 100 a 199 e oito de mais de mil.

Em 1920 o total de 56 229 operários distribuía-se da seguinte forma: 1 199 nas unidades de até quatro; 2 343 nas de cinco a nove; 4 159 nas de 100 a 199; 7 492 nas de 20 a 49; 5 482 nas de 50 a 99; 7 835 nas de 100 a 199; 7 702 nas de 200 a 499; 4 767 nas de 500 a 999; 15 250 nas de mais de mil.

Outro elemento que revelava a persistência do sistema produtivo tradicional era o número de unidades fabris que não usavam motores no Distrito Federal, 644 num total de 1 541.

O número de operários jornaleiros era uma percentagem muito elevada do total, o que indicava pequena especialização técnica escassa, uma instabilidade de volume da produção e da utilização da capacidade instalada.

Os ramos fabris e a importância deles não se modificaram substancialmente nesse período de surto industrial que, segundo os dados do censo relativos ao Distrito Federal, estaria situado entre 1889 e 1919. Das 1 541 indústrias de 1919 somente 138 tinham sido fundadas até 1889 e 1 403 de 1890 a 1919. O total do capital investido (compreendendo terras, edifícios, máquinas, utensílios, estoques, matéria-prima e combustível) era de 226 572 698 até 1889 e de 1890 a 1919 passou a ser de 441 669 448.

Os imigrantes tiveram grande participação na atividade manufatureira. Em 1920 as empresas brasileiras empregavam 28 466 operários e possuíam uma capacidade de energia de 33 774 cavalos a vapor e as estrangeiras tinham mão-de-obra de 25 071 indivíduos e um potencial de 30 201 cavalos a vapor. O valor da produção era quase equivalente: 278.394\$598 e 251.479\$256 das fábricas brasileiras e estrangeiras respectivamente. O capital estrangeiro investido na indústria (126:858\$497) superava ligeiramente o dos brasileiros (123:385\$437). No Distrito Federal pertenciam aos italianos 69 estabelecimentos com capital de 1:800\$168, força motriz de 248 cavalos a vapor, mão-de-obra de 724 operários e produção no valor de 6:613\$782.

Os italianos ocupavam o primeiro lugar no Brasil com 42% do total do capital estrangeiro aqui investido. No entanto no Distrito Federal os portugueses tinham maior importância do que os italianos.

Distrito Federal

I --- Industrias texteis	73	191:692\$221	30 106	19 264	138:983\$185	264
II --- Industrias de couros, de pelles e de outras ma- terias duras do reino animal	29	6:861\$000	2 313	631	9:828\$771	22
III --- Industrias de madeiras	95	15:617\$724	7 582	1 444	21:350\$505	15
IV --- Metallurgia	131	19:735\$981	2 265	4 977	31:491\$969	38
V --- Ceramica	89	6:573\$210	1 910	2 343	9:599\$816	26
VI --- Productos chimicos propriamente ditos e pro- ductos analogos	232	47:431\$800	3 829	3 454	63:962\$275	15
VII --- Industrias da alimentação	203	81:470\$508	11 205	7 306	242:138\$325	36
VIII --- Industrias do vestuario e toucador	422	38:872\$507	2 166	10 639	107:439\$362	25
IX --- Industrias do mobiliario	135	5:121\$570	1 570	2 749	14:391\$457	20
X --- Industrias da edificação	65	3:250\$450	663	892	5:939\$479	14
XI --- Construção de appparelhos de transporte	41	11:231\$374	2 671	1 941	16:609\$020	47
XII --- Produção e transmissão de forças physicas	2	12:681\$511	3 227	301	2:343\$101	150
XIII --- Industrias relativas às sciencias, letras e artes. Industrias de luxo	24	1:130\$086	196	285	1:998\$491	12
Total	1 541	441:669\$448	69 703	56 229	666:275\$759	36

Segundo Anibal Villela e Werner Baer os 10 anos que precederam a I Guerra Mundial corresponderam a uma fase de expansão dos investimentos no setor secundário e o período de 1914 a 1918 a uma etapa de plena utilização da capacidade instalada e, portanto, apenas de crescimento quantitativo de produção.

Os censos indicam que nessas duas fases não houve mudança vital do sistema industrial, do ponto de vista qualitativo.

Entre 1870-72 e 1890 observa-se uma grande expansão do setor terciário, principalmente em função do comércio e das profissões liberais. O aumento dos funcionários públicos foi de 10 712 incluindo os militares, para 17 314 compreendendo os militares e a polícia, apesar da pequena redução do efetivo militar devido ao término da guerra. Os membros do clero reduziram-se de 424 em 1870, para 264 em 1872 e 213 em 1890. Com o advento da república, já não eram funcionários públicos sustentados pelo Estado. O número de profissionais liberais elevou-se de 2 383 (1872) para 7 133 (1890) e as atividades comerciais que absorviam 21 583 habitantes passaram a empregar 74 785 pessoas. Ainda no setor terciário 48 048 pessoas trabalhavam em transporte. Somente serviço doméstico perdeu importância, contando apenas com um contingente de mão-de-obra de 48 100 indivíduos em 1890 igual ao de 1870 (48 100) e menor do que o de 1872 (55 011).

A indústria compreendia em 1890 artes e ofícios com 5 859 artífices e manufatura com 48 661 operários, perfazendo um total de 54 520 no setor secundário da economia.

O setor primário estava em franco declínio, sobretudo quanto às atividades pastoris e extrativas (pesca, caça, exploração de pedreiras).

Em 1870 figuravam na estatística 13 570 lavradores, em 1872 17 021 e em 1890 12 485.

Houve acentuada baixa da categoria dos sem profissão de 80 717 (1870) e 92 106 (1872) para 48 100 em 1890.

Em conjunto o setor terciário absorvia a maior parte da população ativa, o primário era quase residual e o terciário apresentava grande dinamismo.

Entre 1872 e 1890 o aumento da população foi de 266 831 para 522 651 e em 1906 atingia a 811 443.³⁷ Em 1906, a mão-de-obra do setor

³⁷ Recenseamento realizado em 20 de setembro de 1906, cidade do Rio de Janeiro. (Distrito Federal). As taxas aritméticas de crescimento anual da população foram de 2,32% de 1872 a 1890 e de 2,08% de 1890 a 1900 de 3,52% de 1900 a 1910.

primário agrícola era de 21 411 e em conjunto com a pecuária e a atividade extrativa de 25 575. A população ativa do setor secundário abrangia 115 779 pessoas e a do setor terciário 62 062 no comércio, 14 946 nas profissões liberais, 16 484 nas forças militares, 28 921 na burocracia, 626 no clero, 117 904 no serviço doméstico.

O número de profissionais liberais duplicou entre 1872 e 1890, duplicando e quase triplicando entre 1890 e 1906. A mão-de-obra do comércio teve um aumento de aproximadamente 200% entre 1872 e 1890 e baixou de 1890 a 1906. Os quadros dos militares (Exército Armado), da polícia e dos empregados públicos expandiam-se extraordinariamente de 17 314 em 1890 para 45 405 pessoas em 1906, incluindo os bombeiros que representavam uma parcela insignificante. O serviço doméstico cresceu mais de 100% e o clero triplicou entre os dois censos.

O setor primário recuperou um ritmo de expansão mas a principal mudança foi o aumento da atividade industrial que ocupava 54 520 pessoas em 1890 e 115 779 em 1906.

Os preços de exportação do café, açúcar e algodão baixaram de 1881 a 1882, recuperaram-se de 1887 a 1889, caíram de novo de 1890 a 1895, tornando a se elevar de 1909 a 1912, no período de valorização do café, iniciado com o Acordo de Taubaté.

Após a Guerra do Paraguai os preços dos alimentos no mercado interno do Rio baixaram, manifestando-se nova alta em decorrência da abolição da escravatura que provocou queda da cafeicultura do Vale do Paraíba, associada ao câmbio desfavorável para a importação de gêneros alimentícios.

Novamente coincidiram a instabilidade política dos primeiros anos da República com a inflação e o declínio das rendas do café de 1890 a 1895.

A crise da lavoura forçou considerável alta das emissões de 51,6% em 1890 para 71,8% em 1891 e obrigou o Governo a lançar mão de um empréstimo de 19 837 libras de ouro em 1889 para resolver a crise. Outro fator que contribuiu para a inflação foi a maior circulação monetária em decorrência da elevada taxa de crescimento da população e da liberação dos escravos.

De 1892 a 1898 foi feito um esforço de deflação que se refletiu na redução das percentagens anuais das emissões que chegaram ao nível de apenas 0,2%, em 1898.

O Governo de Campos Salles (1898-1902) forçou a baixa dos preços dos principais gêneros alimentícios, limitando o custo do transporte por ferrovia e oferecendo estímulo à produção local de arroz e outras lavouras de subsistência. Por outro lado houve influência da política cambial na expansão da manufatura.

Já se observou que entre 1890 e 1906 houve considerável aumento da mão-de-obra na agricultura no Distrito Federal.

A guerra de 1914 a 1918 provocou uma alta dos preços de exportação e dos alimentos no mercado do Rio. Os preços dos gêneros de consumo importados experimentaram pronunciada ascensão, decorrente da falta de transportes e das dificuldades de exportação dos países envolvidos no conflito. Finalmente, os preços dos alimentos produzidos no Brasil sofreram o refluxo do aumento da demanda externa, os produtos de consumo interno exclusivos tenderam a substituir os de importação o que afetou seu nível de preços .

Nesse período do surto industrial observa-se uma tendência para melhoria do padrão de vida quanto à alimentação, de 1875 a 1913 aproximadamente, interrompida apenas pelas crises de 1888 a 1897 que afetou todas as categorias socioprofissionais estudadas exceto o sacristão e o porteiro, e a de 1906 de menor repercussão.

A elevação do poder aquisitivo entre 1874 e 1913 estava ligada ao custo industrial e à maior demanda de mão-de-obra e ao reajuste após o período da Guerra do Paraguai em que a concorrência dos libertos aumentava consideravelmente. A inflação de 1888 a 1897 estava ligada ao declínio da produção de café do Vale do Paraíba que empregava predominantemente mão-de-obra escrava ao pluriemissionismo e aos problemas políticos dos primeiros anos de implantação da República.

No Governo Campos Sales houve uma melhora de poder aquisitivo após a crise do Encilhamento, devido à política deflacionária, crescimento da indústria no Rio e estímulo à agricultura para suprir o mercado local e barateamento dos transportes.

A mão-de-obra da construção, exceto o servente de obras, e os operários não especializados das fábricas de sabão e velas (seções de embalagem, cartuchos e prensas) tiveram um aumento enquanto que os mais especializados sofreram uma baixa. Os salários das outras categorias socioprofissionais apresentaram alta, exceto os do sacristão, andador, professor primário, porteiro e hortelão que diminuíram ligeiramente.

Os salários que aumentaram mais proporcionalmente foram os de administrador de hospital e escriturário.

Um dos fatores de ascensão salarial foi o grande surto de construções populares no Rio a partir da Lei de 9 de dezembro de 1882 que concedia privilégio de importação, de impostos e outros benefícios às firmas que construíssem casas populares higiênicas. Em 1887, as empresas de construção Evoneas, Fluminense sucessora de Americo de Castro obtiveram concessões para construir vilas operárias. Arthur Sauer conseguiu maiores benefícios por decreto de 8 de fevereiro de 1888 para uma companhia que foi incorporada em 1889 para construir três mil casas e em dezembro já se iniciavam as obras no Rio.³⁸

Havia portanto crescente demanda de operários de construção, engenheiro, mestres-de-obra e da indústria nesse período. As profissões de andador e hortelão estavam em declínio devido à ampliação de concorrência dos advogados, despachantes de tipo moderno e em função da crescente urbanização das freguesias centrais e periféricas do Rio de Janeiro.

O administrador de hospital era uma profissão nova que apareceu por volta de 1875 e estava em ascensão em consequência do aumento da população, do esforço de saneamento da cidade. O crescimento da burocracia deveria acarretar maior procura dos escriturários.

Nos primeiros anos do século XX sucederam-se as revoltas, civis e militares, as epidemias, as manifestações contra a vacinação obrigatória que culminaram com a crise de 1906.

Os alimentos sofreram alta marcada entre 1905 e 1906. O índice de preços de alimentos da ponderação de 1858, que corresponde à da dieta do operário não especializado, teve uma alta de 54,89 para 74,87; no índice da ponderação de 1949 dos alimentos do operariado especializado e setor de serviços de menor hierarquia, a elevação foi de 56,27 para 72,20 e, finalmente, o índice da ponderação de 1919 da classe abastada foi de 56,37 para 69,87.

Segundo Maria Cecília Baeta Neves³⁹ a greve dos sapateiros de 1906 foi sustentada pela União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros que não é

³⁸ Códices 40-3-35 e 40-4-48. Casas para operários e classes pobres do Rio de Janeiro, Arquivo do Estado da Guanabara.

³⁹ Neves, Maria Cecília B. Greve dos sapateiros de 1906 no Rio de Janeiro: notas de pesquisa. *Revista de Administração de Empresas*, Fundação Getúlio Vargas, p. 49-68, 2 jun. 1973.

um sindicato revolucionário mas uma entidade reformista que luta mais pela melhoria das condições sociais e materiais dos operários sob o regime capitalista.

Nessa época os trabalhadores domiciliares artífices lutavam contra a sindicalização e concorriam com a mão-de-obra operária sindicalizada. Já vimos pelas estatísticas que os artífices continuavam a ser um segmento importante de mão-de-obra do setor secundário de economia.

De 1907 a 1912 a remodelação do Rio com Pereira Ramos contribuiu para elevar os salários.

Na fase da I Guerra Mundial, os preços de alimentação subiram consideravelmente e os salários baixaram apesar do surto industrial, que, portanto, se beneficiou do baixo custo de mão-de-obra. O aumento de produção fabril fez-se sobretudo pela multiplicação nas indústrias.

Os operários das fábricas sofreram um declínio dos salários ou uma alta insuficiente para compensar a elevação dos preços dos alimentos exceto os tauveiros. Em 1917 a queda do poder aquisitivo estendeu-se aos operários das máquinas, dos alambiques, das caldeiras, do depósito e da forja. As gratificações foram reduzidas em 1914 e 1915, para certas categorias de operários, e elevadas para outros em 1916, porém caíram de novo em 1917 e 1918. Os dados da fábrica Brahma e Bangu, incluídos nesse levantamento, confirmam o declínio dos salários de todos os tipos de operários.

No período de 1908 e 1916 houve intensa agitação operária no Rio, Otavio Canavarros⁴⁰ enunciou 41 manifestações das quais 13 greves. Em 1916 a greve teve um caráter mais geral incluindo São Paulo. De 1916 a 1927 houve 36 manifestações no Rio com caráter predominante de reivindicação salarial de tipo sindical moderno.

No levantamento de fichas de operários nas fábricas de tecidos Bangu e América Fabril não se observou discriminação racial contra operários pretos e mulatos que constituíam a maioria, aproximadamente 80%, em contraste com o que ocorria em São Paulo, possivelmente devido à menor participação do imigrante no Rio. Somente na Brahma o operariado especializado era predominantemente branco.

⁴⁰ Canavarros, Otavio. *O movimento de preços e salários no Rio de Janeiro e sua articulação com a conjuntura social*. Rio de Janeiro, ago. 1972.

A década dos 20 caracterizou-se por uma taxa de crescimento industrial relativamente baixa. No período de 1911 a 1920 a taxa fora de 4,6% ao ano e de 1920 a 1924 de 3% apenas. Essa queda é atribuída ao aumento das importações de bens de consumo competitivos (alimentos, bebidas, tecidos). Nessa década atingiu o auge a política de valorização do café e de investimentos na cafeicultura e a política cambial favorável aos interesses dos grandes fazendeiros.

A tendência de 1918 a 1930 foi de elevação salarial apesar do predomínio do café e do declínio de taxa de crescimento da indústria.

As mudanças do poder aquisitivo dos salários estavam intimamente ligadas às transformações do sistema produtivo.

No período de predomínio de produção escravista o setor salarial marginal usufruía do benefício de produção de gêneros alimentícios em maior abundância nos subúrbios, no Estado do Rio e em regiões relativamente próximas. A desintegração da produção escravista prejudicou pela concorrência dos libertos, o padrão salarial dos livres nas fases da Guerra do Paraguai e da abolição total. As crises frequentes ligadas às exportações, a política orçamentária, de emissões e de crédito do governo para sustentar o setor do café agravaram as condições de vida dos grupos assalariados urbanos. Os principais surtos industriais do período da Guerra do Paraguai e da II Guerra Mundial fizeram-se com uma compressão dos níveis salariais do operariado. A resistência à essa política só começava a se fazer sentir por volta de 1906, quando um movimento sindical moderno tentava-se organizar. As greves de escravos de 1857, a dos tipógrafos de 1858 e mesmo a dos ferroviários de 1864 tiveram repercussão quase nula, devido à condição jurídica e social do escravo como bem de produção e a dos tipógrafos e ferroviários como grupo privilegiado.

Em 1906 os artífices em fase de declínio já principiavam a ceder na oposição ao movimento sindical. O nível salarial do clero parece refletir as conseqüências do processo de secularização da sociedade. Nas profissões liberais, as de tipo moderno tenderam a se elevar, enquanto que as de tipo tradicional perderam posição e *status*.

Em conjunto, as duas tendências a longo prazo foram a de elevação do poder aquisitivo até meados do século e de marcada instabilidade na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, com as grandes crises do regime de plantações escravagistas e do surto industrial de 1880 a 1918-19.

Directoria Geral de Estatística

XXVI — Capital, força motriz, número de operários e valor da produção segundo os grupos industriais

Capital, force motrice, nombre d'ouvriers et valeur de la production d'après les groupes d'industries

Grupos Industriais	Número de estabelecimentos industriais recenseados	Capital empregado	Força motriz	Número de Operários	Valor da produção annual	Número médio de operarios por estabelecimento
Grupes d'industries	Nombre d'établissements industriels recensés	Capital employé	Force motrice H.P.	Nombre d'ouvriers	Valeur de la production annuelle	Nombre moyen d'ouvriers pour établissement
Estado do Ceará						
I -- Industrias texteis	126	7:752\$680	2 117	2 593	17:021\$734	21
II -- Industrias de couros, de pelles e de outras materias duras do reino animal	1	2\$500	--	3	7\$000	3
III -- Industrias de madeiras	4	321\$382	102	72	773\$760	1\$
IV -- Metallurgia	5	304\$000	33	80	297\$033	16
V -- Ceramica	22	403\$073	10	192	608\$108	9
VI -- Productos chimicos propriamente ditos e productos analogos	7	1:080\$150	260	81	1:083\$524	12
VII -- Industrias de alimentação	66	6:471\$084	383	1 291	5:059\$953	20
VIII -- Industrias do vestuario e toucador	45	78\$746	--	241	723\$541	5
IX -- Industrias do mobiliario	3	14\$870	2	14	45\$350	5
X -- Industrias da edificacão	12	154\$300	--	111	144\$508	9
XI -- Construcção de aparelhos de transporte	--	--	--	--	--	--
XII -- Produccão e transmissão de forças physicas	2	62\$000	18	10	39\$600	5
XIII -- Industrias relativas às sciencias, letras e artes. Industrias de luxo	1	70\$000	1	14	101\$000	14
Total	294	16:714\$785	2 926	4 702	25:908\$171	16

Apêndice

História dos salários no Rio de Janeiro

O processamento da pesquisa História dos salários foi efetuado no sistema IBM 1130 da Fundação Getúlio Vargas e obedeceu às seguintes principais características:

I. As informações eram provenientes de diversas fontes: em consequência, havia diversas unidades de tempo (salários semanais, quinzenais, mensais, etc.). O primeiro passo, portanto, foi proceder a uma crítica dos cartões com os dados originais convertendo-se os salários informados para uma unidade comum (mês).

II. Em seguida, foram calculadas médias anuais por profissão. A série compreendia 129 anos (1802 a 1930) e 40 profissões diferentes. Para cada profissão não havia necessariamente 12 informações por ano. Primeiro porque o salário de determinado mês, ano ou profissão, podia ter sido coletado em fontes diferentes. Neste caso, o salário médio daquele ano, daquela profissão, foi calculado pelo processo básico a seguir:

$$\bar{S}_{ia, ip} = \frac{\sum_{ii=1}^n S_{ii, ia, ip}}{F_{ia, ip}}$$

S = salário mensal informado
 ia, ip = indicador do ano e da profissão
 ii = indicador da informação
 n = n.º de informações
 F = frequência de casos
 \bar{S} = salário médio

Em segundo lugar a informação podia-se referir à remuneração especial, do tipo gratificação, tarefa, etc. Neste caso, ela foi adicionada ao somatório dos salários, sem entretanto ser computada no cálculo da frequência, evitando-se assim que baixasse o salário médio e considerando-se como salário o total das remunerações de determinada pessoa um dado mês.

III. Calculados estes salários médios mensais por ano e por profissão, a etapa seguinte consistiu em se calcular 40 séries (uma para cada profissão) de 129 anos com a evolução dos salários. Para cada profissão, adotou-se como base 100 o primeiro ano em que havia informação:

$$ISM_{ia, ip} = \frac{SM_{ia, ip}}{SM_{ib, ip}} \times 100$$

SM = salário médio
 ia, ip = indicador do ano e da profissão
 ib = indicador do ano-base
 ISM = índice do salário-médio

IV. A quarta etapa consistiu no cálculo de salários médios ponderados para cada ano. Havia seis tipos de ponderação, refletindo cada um deles uma diferente estrutura ocupacional da população nos anos de 1842, 1850, 1872, 1890, 1906 e 1920. Algumas profissões não estavam representadas em uma ou mais dessas séries de ponderação. Assim sendo, os salários médios dessas profissões não foram computados no cálculo dos salários médios ponderados com base nas estruturas dos anos em que não estavam presentes tais profissões.

$$SMP_{ia} = \frac{\sum_{ip=1}^{40} SM_{ia, ip} \times P_{ie, ip}}{\sum_{ip=1}^{40} P_{ie, ip}}$$

SM = salário médio

P = ponderação

ia, ip = indicadores do ano e da profissão

ie = indicador da matriz de ponderações utilizadas

SMP = salário médio ponderado

para $SM_{ia, ip} \neq 0$ e

$P_{ie, ip} \neq 0$

Também nessa etapa, construídas as seis séries de salários médios ponderados, foram calculadas as correspondentes séries de índices. Para cada série adotou-se como base 100 o primeiro ano em que foi possível calcular um salário médio ponderado, dado que para tanto era necessário não só que houvesse informação de salário médio de uma profissão, como também que essa profissão estivesse representada na matriz de ponderações da série.

$$ISMP_{ia} = \frac{SMP_{ia}}{SMP_{ib}} \times 100$$

SMP = salário médio ponderado

ia = indicador do ano

ib = indicador do ano-base

$ISMP$ = índice do salário médio ponderado

Percentagem do consumo alimentício familiar s/o salário

Profissão	Anos						
	1844	1853	1870	1898	1907	1916	1927
18	62,9	73,8	119,8	70,2	35,8	54,1	60,6
21	37,0	54,6	46,5	36,3	24,7	28,8	38,0

Fonte: Affonseca, Leo J.. *O custo de vida no Rio de Janeiro*. Rio, 1920.

Tabela de orçamento mensal de uma família de sete pessoas

Percentagem do consumo alimentício **per capita** sobre o salário

Profissão	Anos						
	1844	1853	1870	1898	1907	1916	1927
2	20,7	20,0	19,9	15,5	11,2	14,9	19,4
3	11,1	11,8	13,5	9,2	5,2	8,6	9,7
18	8,9	10,5	17,1	10,0	5,1	7,7	8,6
21	5,2	7,8	6,6	5,1	3,5	4,1	5,4

Códigos: Servente (2) Pedreiro (3) Médico (18) e Escriturário (21).

Fontes: Para as categorias 2 e 3 usou-se uma tabela de consumo mensal para escravos e colonos operários de fábrica no Rio de Janeiro (Cia. Luz Stearica — 1856).

Para as categorias 18 e 21 usou-se a tabela de Leo Affonseca Jr. *O custo de vida no Rio de Janeiro*. 1920, sobre orçamento familiar de classe média.